



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA- DF
CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL

THAÍS PALMEIRA DE OLIVEIRA TEIXEIRA DE FARIAS

ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OCORRÊNCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS
NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE 2012 A 2016.

PLANALTINA-DF
2017



THAÍS PALMEIRA DE OLIVEIRA TEIXEIRA DE FARIAS

**ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OCORRÊNCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS
NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE 2012 A 2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Gestão Ambiental como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Gestão Ambiental.

Orientador: Dr. Tibério Leonardo Guitton

**PLANALTINA-DF
2017**

Farias, Thaís Palmeira de Oliveira Teixeira de. Análise quantitativa das ocorrências de crimes ambientais no Distrito Federal no período de 2012 a 2016./Thaís Palmeira de Oliveira Teixeira de Farias. Planaltina - DF, 2016. 57 f.

Monografia - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília. Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Tibério Leonardo Guitton

1. Crimes Ambientais 2. Índices no Distrito Federal 3. Cartilha informativa. Farias, Thaís Palmeira de Oliveira Teixeira de. Análise quantitativa das ocorrências de crimes ambientais no Distrito Federal no período de 2012 a 2016.

THAÍS PALMEIRA DE OLIVEIRA TEIXEIRA DE FARIAS

ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OCORRÊNCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS NO
DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE 2012 A 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da
Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em
Gestão Ambiental. Banca Examinadora:

Planaltina-DF, __de _____ de 2017.

Prof. Dr. Tibério Leonardo Guitton (Orientador)

Prof. Dr. Antônio de Almeida Nobre Júnior

Prof. Dr. Mário Lúcio de Ávila

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que disseram que era loucura, a todos que questionaram o porquê dessa escolha, pois a cada indagação, a vontade de concluir esse sonho se tornava maior. Dedico acima de tudo àqueles que lutaram comigo por essa conquista: minha família e meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em sua infinita sabedoria guiou meus passos até aqui. Obrigada pela vida e pelas oportunidades que me concedeu.

Quando passei no vestibular da UnB, precisei da dedicação dos meus pais, dos meus avós e tios, para que cursar Gestão Ambiental fosse possível. Encontrei todo o apoio necessário dentro de minha casa, e por isso, agradeço imensamente a minha família, eles são responsáveis por meu sucesso. Agradeço ao meu padrinho, Mário Filho, que quase sem querer foi o incentivo para minha escolha.

Agradeço acima de tudo à minha mãe Mariela, ao meu padrasto Welington, à minha tia e amiga Jucilene e a minha avó Ivânia. Vocês se dedicaram por inteiro, percorreram comigo incansáveis quilômetros e estiveram comigo em inúmeras noites, onde eu estudava e vocês, incríveis que são, estavam ali para me apoiar nesse sonho.

Nessa jornada complicada até a faculdade, não poderia esquecer pessoas tão incríveis quanto a minha amiga Camila Coimbra, agradeço muito as idas à faculdade, mas agradeço acima de tudo ter encontrado alguém que partilhasse da minha situação, sem esquecer de seus pais, Jameson e Lélia. Muito obrigada!

Agradeço por fim a esta Universidade. Aqui tive a oportunidade de me desenvolver de forma livre e inteligente, tive a oportunidade de crescer e de expor minhas opiniões, tive o incentivo necessário para explorar diversas áreas e entender melhor não só o curso que escolhi, mas os outros cursos oferecidos e me apaixonei ainda mais pela área ambiental.

Esta universidade e este curso me trouxeram muito além de conhecimento. Foram viagens, projetos, pesquisas, seminários, que me engrandeceram de forma inexplicável. Esta universidade foi um refúgio. Daqui surgiram amizades que levarei a vida inteira, e por isso agradeço imensamente. E para representar tudo que a UnB me deu de melhor, agradeço especialmente por três seres incríveis, Átila, Wilstefânia e Tainá, meus irmãos, meus grandes amigos, meus companheiros para tudo. Obrigada por fazerem parte desse sonho.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Tibério Leonardo Guitton, por embarcar nessa aventura comigo e acreditar no meu projeto. Obrigada pela coragem professor.

RESUMO

Os crimes ambientais prejudicam o meio ambiente de forma severa, o que na prática afeta a população de forma direta. Desse modo, estes crimes configuram agressão ao patrimônio de todos os cidadãos, bem como agressão ao direito constitucional das gerações futuras ao meio ambiente equilibrado. A identificação da inexistência de materiais informativos para a sociedade sobre a quantidade de crimes ocorridos em sua região, bem como a inexistência de dados acessíveis sobre quais são os crimes mais recorrentes, foi o ponto de partida deste trabalho. Nesse sentido, seu objetivo foi buscar dados referentes à ocorrência de crimes ambientais no Distrito Federal, realizar a compilação destes dados e gerar conhecimento sobre a atual situação, contribuindo para a busca de soluções e propostas de planejamento ambiental. Como resultado do estudo foi elaborada ainda uma cartilha informativa, visando dar conhecimento acessível à sociedade sobre a questão, de modo a contribuir também com um processo de gestão ambiental mais eficaz.

Palavras- chave: Crimes ambientais. Direito ambiental. Planejamento ambiental. Cartilha de crimes ambientais.

ABSTRACT

Environmental crimes severely damage the environment, which in practice, affects the population directly. In this way, these crimes constitute an assault on the heritage of all citizens, as well as aggression against the constitutional right of future generations to a balanced environment. The starting point of this project was identifying the lack of information materials for the society on the number of crimes in a specific region, as well as the lack of accessible data on which are the most recurrent crimes. By generating knowledge about the current situation, it becomes easier to seek solutions and generate a proposal for environmental planning to reduce environmental crimes. In this sense, the objective was to seek the data regarding environmental crimes in Distrito Federal, through a formal request submitted to the Civil Police of Distrito Federal, compile these data and make an information booklet, aiming at an information and communication process accessible to society and to enable a more effective environmental management process.

Keywords: Environmental crimes. Environmental law. Environmental planning.
Booklet of environmental crimes.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Relação dos crimes ambientais cometidos no Distrito Federal no período de janeiro de 2012 a setembro de 2016	21
TABELA 2- Crimes ambientais cometidos no Distrito Federal- 2012 à set. 2016- números estatísticos.....	26
TABELA 3- Crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal	36

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1- Doze crimes ambientais que mais ocorreram no Distrito Federal.....	23
GRÁFICO 2- Crimes ambientais no Distrito Federal- 2012	30
GRÁFICO 3- Crimes ambientais no Distrito Federal- 2013	30
GRÁFICO 4- Crimes ambientais no Distrito Federal- 2014	31
GRÁFICO 5- Crimes ambientais no Distrito Federal- 2015	32
GRÁFICO 6- Crimes ambientais no Distrito Federal- 2016.....	33
GRÁFICO 7- Doze crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal	38
GRÁFICO 8- Cinco crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal	40
FIGURA 1 - Cinco crimes ambientais mais recorrentes no DF.....	42

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	5
AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
APRESENTAÇÃO.....	12
1 - PROBLEMA	14
2 - JUSTIFICATIVA.....	15
3 - OBJETIVOS	16
3.1 - Objetivo Geral	16
3.2 - Objetivos Específicos	16
4 - REFERÊNCIAL TEÓRICO	17
4.1 – DoDireito Ambiental	17
4.2 –Da Lei de Crimes Ambientais.....	18
5 –METODOLOGIA.....	19
5.1 - Pedido e Recebimento de dados	19
5.2 - Análises de dados e identificação do objetivo.....	20
6 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
6.1 - Crimes ambientais cometidos no Distrito Federalno período de estudo (2012/2016).....	25
6.2 - Crimes ambientais mais incidentes no Distrito Federalpor ano	25
6.3 - Crimes Ambientais mais recorrentes no Distrito Federalnos últimos cinco anos	35
6.4 - Análise dos cinco crimes mais recorrentes.....	41
6.6 - Elaboração da cartilha informativa.....	47
7 - CONCLUSÕES.....	49
8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	50
ANEXOS	52
Dados originais fornecidos pela Polícia Civil do Distrito Federal	52
Tipos penais e suas legendas.....	54
Cartilha informativa de Educação Ambiental.....	55

APRESENTAÇÃO

O meio ambiente vem sendo devastado pela ação humana nas últimas décadas em prol da busca constante por recursos naturais como madeira, água, solos férteis, minerais, dentre outros(FARIAS, 2016).A sociedade capitalista que se instalou no mundo tem tornado a manutenção do meio ambiente algo complicado, na medida em que este é tratado como mero fornecedor de matéria prima, descurando o caráter social e a importância da preservação dos recursos naturais, renováveis ou não, para a manutenção dos serviços ambientais essenciais à vida humana.

O meio ambiente é um direito de todos os cidadãos. O reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio configura-se, na verdade, como extensão do direito à vida(BRASIL, 1988). O meio ambiente deve ser um direito assegurado à todos, devido a sua imensa importância, quer sob o enfoque da própria existência física e saúde dos seres humanos, quer quanto ao aspecto da dignidade desta existência - a qualidade de vida -, que faz com que valha a pena viver(MILARÉ, 1998).

Os crimes ambientais ensejam preocupação em todos os estados do país;portanto, é de suma importância que se compreenda qual a realidade local das ocorrências, de modo que se possa produzir uma política mais eficaz de controle e gestão dos recursos ambientais.

Quando se trata do Distrito Federal, foi instituída a DEMA (Delegacia do Meio Ambiente), responsável pela investigação e apuração dos crimes ambientais nesta Unidade Federativa. Porém, a Delegacia do Meio Ambiente não é o único órgão que pode receber esse tipo de denúncia, os crimes ambientais podem ser informados em qualquer delegacia da região, de acordo com informações prestadas pela equipe da DEMA, em visita à sede.Outros órgãos responsáveis e que recebem esse tipo de denúncia são: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), o Batalhão da Polícia Militar Ambiental, dentre outros. Todos estes órgãos disponibilizam explicações e diretrizes para o cidadão que pretende denunciar ocorrências ambientais em suas páginas virtuais.

Ter o conhecimento de quais os crimes ambientais são mais cometidos no Distrito Federal poderia ser uma ferramenta de desenvolvimento social e de preservação

ambiental. Cada unidade da federação se comporta de uma forma perante os crimes ambientais, a incidência jamais será a mesma, devido às peculiaridades ambientais de cada região. Nesse sentido, se faz importante o conhecimento público dos índices de crimes ambientais, para que se tomem medidas de proteção ambiental mais eficazes.

O objetivo de expor de forma clara e didática quais os crimes ambientais mais recorrentes na região do Distrito Federal se justifica também pela necessidade de conhecimento dos membros da comunidade acadêmica e da sociedade, para que estes possam desenvolver ideias de proteção com foco específico e voltadas para os reais problemas da região. O conhecimento é a base da educação ambiental, assim fundamentando medidas para as mudanças necessárias à efetiva proteção do meio ambiente.

1 - PROBLEMA

Não há divulgação das estatísticas de crimes ambientais no Distrito Federal; dessa forma, incide uma lacuna de conhecimento que pode obstar a comunidade acadêmica e a sociedade a melhor se mobilizarem para a adoção de medidas de mitigação contra os crimes mais recorrentes. Tal lacuna a ser preenchida, com as informações sobre os crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal, pode proporcionar uma ação educativa ambiental mais eficaz.

2 - JUSTIFICATIVA

A Lei 9.605 de 1998, conhecida como a Lei de Crimes Ambientais, regulamenta os crimes ambientais em âmbito nacional, definindo o que é ilícito quanto às ações perante o meio ambiente.

A grande incidência de crimes ambientais não é considerada somente um problema ecológico, mas, também, um problema ético e moral(SATO, 2009). Nesse sentido, a educação ambiental tem um papel fundamental, na medida em que auxilia na construção de uma relação saudável entre o homem e o meio ambiente.

Para que o processo de educação ambiental seja eficaz, é necessário que os educadores estejam munidos de toda a informação possível; é necessário que saibam o cenário atual para que possam desenvolver ideias neste campo. Nesse mesmo caminho, a sociedade necessita de informação para que possa se sentir parte integrante e para que possa desenvolver uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente.

A atuação criminosa do homem perante o meio ambiente gera grande preocupação quanto ao futuro desse bem comum, gera preocupação quanto ao futuro da própria humanidade; portanto a implementação de projetos informativos, bem como a educação voltada para medidas de proteção, é de extrema importância tanto para a sociedade se sentir parte do meio ambiente, quanto para o meio ambiente, que poderá ser protegido de forma mais eficiente.

3 - OBJETIVOS

3.1 - Objetivo Geral

Identificar os crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal no período dos últimos 5 anos, abrangendo os anos de 2012 a 2016, com o fito de suprir a falta de informação existente.

3.2 - Objetivos Específicos

1. Obter os dados de domínio da Polícia Civil do Distrito Federal objetivando verificar quais os crimes ambientais mais recorrentes no período de cinco anos (2012/2016).
2. Realizar uma revisão teórica à cerca do tema, abordando a origem e as peculiaridades que cercam os crimes ambientais, para que se entenda o surgimento destes.
3. Elaborar uma cartilha que informe ao público alvo, de forma simples e didática, quais os crimes ambientais mais incidentes no Distrito Federal, buscando preencher uma lacuna nas informações divulgadas, bem como a educação ambiental.

4 - REFERÊNCIAL TEÓRICO

4.1 – DoDireito Ambiental

O Direito Ambiental é o ramo do direito que visa tutelar o meio ambiente. Essa tutela se faz necessária pelo histórico de devastação que o meio ambiente sofre.

A preocupação com o ambiente foi se modificando e ampliando no decorrer dos anos, de acordo com as necessidades que surgiam; o que por fim resultou na intervenção jurídica nessa área, para preservar e manter o meio ambiente e manter os serviços ambientais em condições para a manutenção da vida.

A par dos direitos e deveres individuais e coletivos elencados no art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, acrescentou o legislador constituinte, no *caput* do art. 225, um novo direito fundamental da pessoa humana, direcionado ao desfrute de condições de vida adequada em um ambiente saudável ou, em interpretação ao disposto em lei, “ecologicamente equilibrado” (MILARÉ, 1998); nos seguintes termos:

“**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. ”

Porém, o Direito Ambiental vai além da perspectiva de Estado e engloba uma participação conjunta do Estado regulador e da sociedade, pois somente unindo os dois polos seria possível concretizar as ações de defesa ao meio ambiente (LEITE, 2013).

Segundo a Constituição Federal, o meio ambiente é um bem de interesse coletivo, cabendo também à coletividade, portanto, sua defesa. Isso significa que qualquer cidadão, na mesma proporção em que tem o direito de usar, tem a obrigação de zelar pela proteção, manutenção e sustentabilidade do meio ambiente (MATOS, 2001).

O Direito Ambiental tem caráter interdisciplinar, o que, na prática, significa que o Direito Ambiental deve observar alguns princípios ambientais consagrados, como, por exemplo, o princípio da precaução e o princípio da prevenção (COLOMBO, 2004).

Pelo caráter interdisciplinar do Direito Ambiental, percebe-se que sua função vai além de regulamentar o que é meio ambiente e quais os direitos e deveres do cidadão em relação a ele; o Direito Ambiental é a base jurídica de regulação das relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente. Em suma, o Direito Ambiental visa estabelecer uma relação saudável entre o homem e o meio ambiente.

O Direito Ambiental protege um bem jurídico essencial à vida humana: o meio ambiente; e, para tal, instituiu disposições legais destinadas a controlar a ação do homem sobre o meio ambiente, em prol da sustentabilidade no uso dos recursos ambientais e da manutenção dos serviços ambientais.

4.2 –Da Lei de Crimes Ambientais

O Direito Ambiental regula os parâmetros da relação entre o homem e o meio ambiente como um todo. Essa regulamentação pode ser encontrada, por exemplo, na Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605 de 1998, que versa sobre os crimes contra o meio ambiente. O Capítulo V da referida Lei é composto por cinco seções. São elas: Crimes contra a fauna; Crimes contra a flora; Da poluição e outros crimes ambientais; Dos crimes contra o ordenamento urbano e o Patrimônio cultural e Dos crimes contra a Administração ambiental (BRASIL, 1998).

Nesse contexto, a Lei 9.605/98 objetiva assegurar um uso sustentável do meio ambiente, prevendo instrumentos jurídicos para sua recuperação e continuidade dos seus serviços ecossistêmicos, em face de interferências negativas e degradantes.

A Lei de Crimes Ambientais encontra-se fundamentada na Constituição Federal Brasileira, especialmente em seu art. 225; o qual, em seu § 3º, estabelece que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

5 –METODOLOGIA

5.1 - Pedido e Recebimento de dados

Assim que o tema deste estudo foi delimitado, se iniciou a busca pelos dados que constituiriam a base deste trabalho.

Após uma pesquisa sobre qual o órgão seria responsável pelas informações necessárias, foi realizada uma visita pessoal à DEMA; da qual foi feito encaminhamento ao Delegado responsável, competente para prestar informações mais específicas. A informação obtida por meio do Delegado responsável esclareceu que os dados fornecidos pela DEMA poderiam estar em desacordo com a realidade, já que os crimes ambientais podem ser informados em qualquer delegacia de polícia civil. Assim, o delegado responsável realizou o encaminhamento ao DATE (Divisão de Apoio Técnico e Estratégico) da Polícia Civil do DF.

Ao chegar ao DATE, descobriu-se que haveria um processo burocrático para a obtenção dos dados. O pedido deveria ser encaminhado por e-mail, juntamente com a declaração da Universidade acerca dos fins acadêmicos a que seriam destinados os dados, bem como declaração do orientador deste trabalho salientando a importância da obtenção dos dados para sua realização.

Cumpridos os requisitos, a informação fornecida na DEMA garantia que este processo não levaria mais do que 15 dias.

Passados um mês do requerimento, o processo ainda se encontrava parado.

Diante da demora, e da necessidade dos dados, buscou-se outros meios para a obtenção destes. Assim, foi aberto protocolo junto à ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal, informando a situação do processo administrativo e enfatizando a urgência da solicitação.

Ressalta-se que apesar das inúmeras tentativas realizadas diretamente junto ao DATE, os dados só foram obtidos por meio do protocolo aberto na ouvidoria e enviados em menos de 15 dias da abertura do protocolo. Essa rapidez no processo por intervenção da Ouvidoria tem amparo legal, ou seja, está determinado nos termos

da Lei 4.990, de 12 de dezembro de 2012; chamada popularmente de Lei da Transparência, que regula o acesso a informações no Distrito Federal.

De acordo com o disposto na Lei, em seu art. 15, o órgão ou a entidade do Poder Público deve autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. O citado artigo diz ainda, em seu Parágrafo 1º, que não sendo possível conceder o acesso imediato à informação, o órgão ou a entidade que receber o pedido, em prazo não superior a vinte dias, deve:

I comunicar a data, o local e o modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;

III comunicar que não possui a informação solicitada e indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação. (BRASIL, 2012).

Cumprindo o que determina a Lei, a Ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal forneceu os dados requeridos anteriormente.

5.2 - Análises de dados e identificação do objetivo

A fim de proceder à tabulação dos dados de ocorrência dos crimes ambientais no DF foi necessário, primeiramente, identificar os tipos penais efetivamente cometidos à luz da relação de tipos penais ambientais contidos na Lei 9.605/98. Assim, gerou-se uma tabela matriz espelhada nas Seções da Lei 9.605/98.

A primeira Tabela 1, adiante, apresenta os crimes ocorridos no Distrito Federal, separados na conformidade das Seções da Lei 9.605/98, de modo a esclarecer em qual Sessão da lei esses crimes se encaixam. A tabela gerada pode ser observada abaixo.

Tabela 1- RELAÇÃO DOS CRIMES AMBIENTAIS COMETIDOS NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2012 À SETEMBRO DE 2016.
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO I DA LEI 9.605 – CRIMES CONTRA A FAUNA
Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.
Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.
Quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.
Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.
Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.
Quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida.
Quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural.
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO II DA LEI 9.605 – CRIMES CONTRA A FLORA
Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização.
Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.
Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação.
Provocar incêndio em mata ou floresta.
Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente.
Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento.
Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente.
Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.
Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais.
Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação.
Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente.
Cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada por ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais.
Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia.
Quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento,

outorgada pela autoridade competente.
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO III DA LEI 9.605 – CRIMES DE POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS
Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora
Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos.
Usurpação de águas
Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal.
Crimes contra a poluição atmosférica e sonora.
Emissão de fumaça, vapor ou gás.
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO IV- CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL
Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano
Parcelamento irregular de solo
Invasão, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios
Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.
Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO V- CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL
Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais.

Os dados fornecidos pela DEMA abrangem o período de janeiro de 2012 até o mês de setembro de 2016; e foram encaminhados pelo órgão por via e-mail, em uma planilha digitalizada que pode ser visualizada nos anexos deste estudo.

Foi necessário reverter todos os dados fornecidos para o programa Microsoft Office Excel, para que se pudesse, a partir daí, elaborar as tabelas e gráficos adiante apresentados.

A segunda tabela (Tabela 2) gerou dados agrupados, que demonstram os crimes ambientais cometidos no Distrito Federal e seus respectivos números de

ocorrência por cada ano que abrange este estudo, ou seja, de 2012 a 2016 (até Setembro).

A partir dos dados da segunda tabela, ainda utilizando o programa Microsoft Office Excel, foram gerados gráficos, na intenção de demonstrar de forma clara, como recurso visual, quais os crimes ambientais mais incidentes no DF, ano por ano.

Para facilitar a análise dos gráficos e gerar um resultado visual positivo, elaborou-se uma tabela que estabelece uma sigla para cada crime ambiental cometido no Distrito Federal. A tabela em questão pode ser observada nos anexos deste estudo.

Em posse dos dados gerados, foram separados inicialmente doze tipos de crime ambiental que se destacaram nas análises como mais recorrentes. Depois de separados, foi gerada a terceira tabela (Tabela 3), referente a estes doze crimes de maior ocorrência no Distrito Federal e seus respectivos números de ocorrência.

A terceira tabela gerada permitiu elaborar um gráfico, recurso visual de entendimento simplificado; a partir do qual se constatou a necessidade de uma análise mais minuciosa, devido a presença de cinco tipos de crimes ambientais que se destacavam mesmo dentro daquele núcleo anteriormente selecionado de apenas doze tipos penais muito recorrentes. O gráfico abaixo demonstra os doze crimes ambientais que mais ocorreram no Distrito Federal no período de estudo, e neste é possível verificar o grupo de cinco crimes ambientais que se destacaram; por totalizarem 70% das ocorrências típicas.

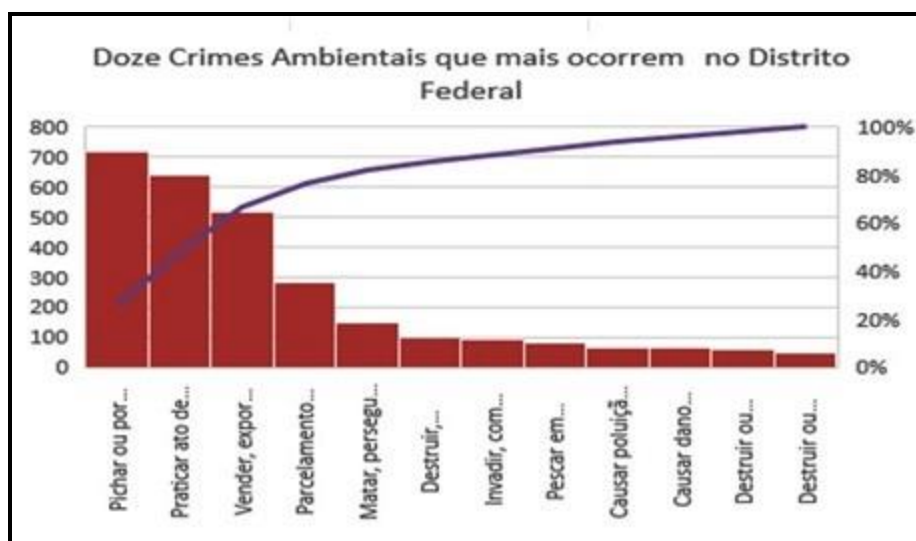


Gráfico 1

Buscando atingir o objetivo final desse estudo, os cinco crimes mais recorrentes no Distrito Federal nos últimos cinco anos foram assim selecionados para uma discussão mais detalhada adiante. A partir dessa seleção, foi gerado o gráfico referente aos cinco crimes ambientais de maior ocorrência na região, possibilitando a informação clara de qual a situação atual dos crimes ambientais de maior ocorrência no Distrito Federal.

6 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 - Crimes ambientais cometidos no Distrito Federalno período de estudo (2012/2016).

Conforme as informações apresentadas na Tabela 1, elaborada a partir dos dados fornecidos, se verifica que durante o período de cinco anos foram cometidos no Distrito Federal³⁴ (trinta e quatro) tipos diferentes de crimes ambientais. Também se pode verificar que sete dos tipos penais se encaixam na Seção I da Lei 9.605/98; significando que sete dos tipos penais ocorridos no Distrito Federal, nos últimos cinco anos, foram crimes contra a Fauna.

Verificou-se que desse total de 34 crimes, quatorze dos ilícitos ambientais se encaixam na Seção II, são crimes contra a Flora.

Outros sete ilícitos pertencem à Seção III, relativos aos crimes de poluição.

Cinco dos ilícitos listados pertencem ao rol da Seção IV, ou seja, se enquadram nos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.

Apenas um ilícito penal se enquadra na Seção V, que trata dos crimes contra a administração ambiental.

Por meio dessa primeira análise dos dados já é possível verificar que os ilícitos penais cometidos no Distrito Federalabrangem mais tipos penais contra a flora; ou seja, já se pode realizar uma visão de onde o meio ambiente deve ser protegido com mais destaque institucional, onde são necessárias maiores medidas de cautela.

6.2 - Crimes ambientais mais incidentes no Distrito Federalpor ano

A segunda análise feita a partir dos dados fornecidos se refere à análise quantitativa da ocorrência de crimes ambientais; ou seja, na quantificação dos crimes ambientais cometidos no Distrito Federal, em busca de identificar os ilícitos penais mais recorrentes dentro do território.

Seguem abaixo as tabelas elaboradas quanto à incidência de crimes ambientais no Distrito Federal por períodos de um ano, sendo estes: 2012 a 2016 (até Setembro).

Tabela 2- CRIMES AMBIENTAIS COMETIDOS NO DISTRITO FEDERAL - 2012 À SET. 2016- NÚMEROS ESTATÍSTICOS						
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO I DA LEI 9.605 – CRIMES CONTRA A FAUNA						
TIPOS PENAS	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.	28	44	18	26	32	148
Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.	115	131	125	161	107	639
Quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.	111	129	59	107	109	515
Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.	10	12	9	30	20	81
Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.	0	0	0	0	1	1
Quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida.	0	1	0	0	1	2
Quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural.	1	1	2	0	0	4
SUBTOTAIS DE CRIMES CONTRA A FAUNA	265	318	213	324	270	1390
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO II DA LEI 9.605 – CRIMES CONTRA A FLORA						
TIPOS PENAS	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização.	27	7	12	13	7	66
Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.	18	6	12	11	3	50

Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação.	8	13	7	17	11	56
Provocar incêndio em mata ou floresta.	3	8	9	9	10	39
Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente.	9	4	4	5	7	29
Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento.	8	6	4	6	1	25
Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente.	5	6	4	3	5	23
Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.	3	5	3	6	5	22
Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais.	3	3	0	2	1	9
Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação.	0	3	2	4	0	9
Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente.	0	0	2	2	1	5
Cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada por ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais.	1	3	0	0	0	4
Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia.	22	20	14	20	20	96
Quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.	1	0	0	0	0	1
SUBTOTALS DE CRIMES CONTRA A	108	84	73	98	71	434

FLORA						
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO III DA LEI 9.605 – CRIMES DE POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS						
TIPOS PENAS	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Envenenamento da água potável ou de substância alimentícia ou medicinal.	0	0	1	1	2	4
Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.	21	17	2	16	11	67
Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos.	8	2	1	7	1	19
Usurpação de águas.	1	4	1	4	3	13
Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.	0	3	2	1	2	8
Crimes contra a poluição atmosférica ou sonora.	1	0	1	0	0	2
Emissão de fumaça, vapor ou gás.	1	0	0	0	0	1
SUBTOTAIS DOS CRIMES DE POLUIÇÃO	32	26	8	29	19	114
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO IV- CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL						
TIPOS PENAS	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida	1	1	1	1	0	4
Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano	191	146	110	143	128	718
Parcelamento irregular de solo.	72	38	51	78	41	280
Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios.	8	25	33	16	8	90

Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.	0	0	0	1	1	2
SUBTOTAIS DE CIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO	272	210	195	239	178	1094
CRIMES COMETIDOS PERTENCENTES À SESSÃO V- CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL						
TIPOS PENAS	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais.	0	0	0	0	1	1
SUBTOTAL DE CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL	0	0	0	0	1	1
TOTAIS	677	638	489	690	539	3.033

A tabela acima é um demonstrativo de todos os crimes ambientais registrados durante cada ano, desde 2012, até Setembro de 2016.

Verifica-se também o total desses crimes de duas formas: o total de crimes ambientais cometidos em cada ano, ao final da tabela, e o total de ocorrências registradas em cada tipo penal, durante o período de estudo, na lateral direita da tabela.

Observa-se também os subtotais, distribuídos por sessão. Esses subtotais nos permitem verificar qual a incidência de crimes contra a fauna, de crimes contra a flora, de crimes de poluição, permitindo que seja determinada a área que necessita de maior apoio, pois vem sofrendo maior impacto.

Ao analisar separadamente os dados de cada um dos anos que englobam essa pesquisa é possível observar padrões que se instauram.

Para uma melhor visualização desses padrões, os dados referentes à tabela anterior foram transpostos para gráficos apresentados a seguir, seguindo a ordem cronológica.

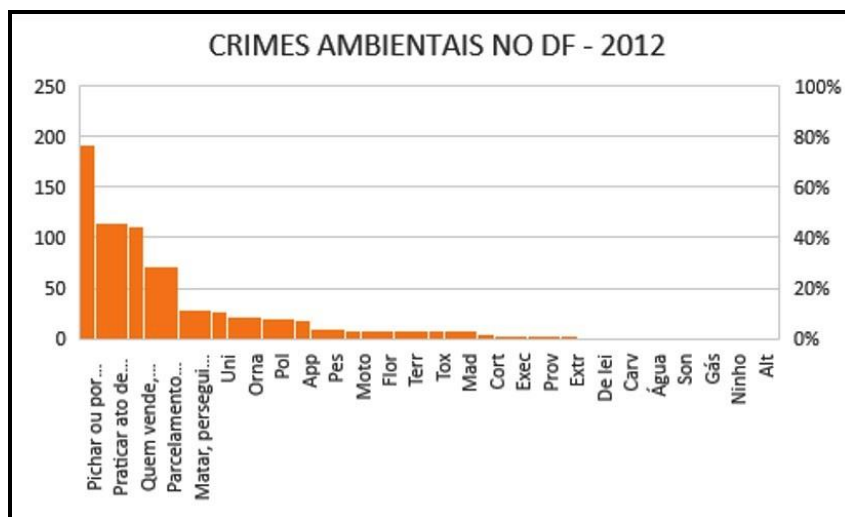


Gráfico 2

Conforme dados de 2012, apresentados na Tabela 2, foram no Distrito Federalum total de 667 crimes ambientais. Desse total, observa-se, conforme comportamento ilustrado no Gráfico 2, que os crimes ambientais mais cometidos no Distrito Federalno período foram:

1. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano (com 191 ocorrências).
2. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos (com 115 ocorrências).
3. Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre (...) (com 111 ocorrências).
4. Parcelar de forma irregular os solos (com 72 ocorrências).

Adiante, os dados referentes ao ano de 2013.

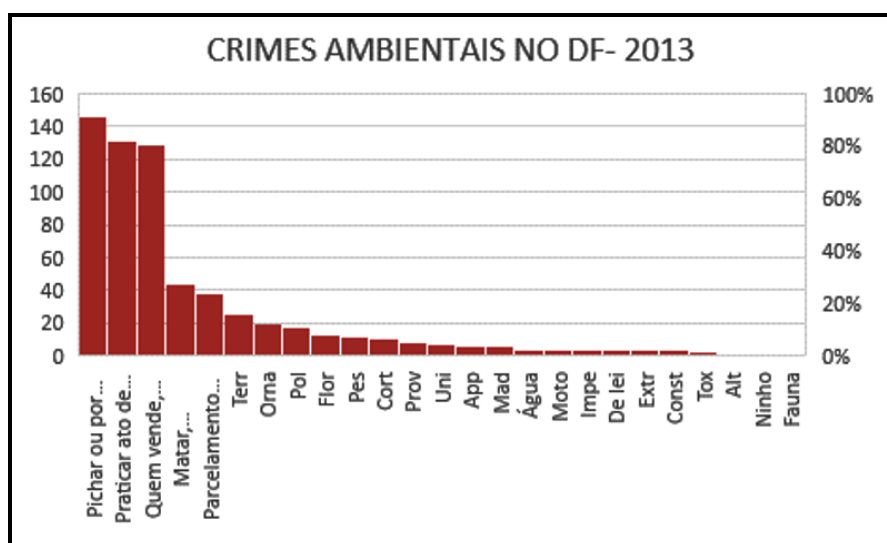


Gráfico 3

De acordo com a Tabela 2, observa-se que no ano de 2013 foram registrados no Distrito Federal um total de 638 crimes ambientais. Desse total, observa-se por meio do Gráfico 3, que os crimes ambientais mais cometidos no Distrito Federal no ano de 2013 foram:

1. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano (com 146 ocorrências).
2. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos (com 131 ocorrências)
3. Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre (...) (com 129 ocorrências).
4. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida (com 44 ocorrências).

Já nesse primeiro momento podemos verificar um padrão de comportamento social quanto aos crimes mais recorrentes, sejam eles os três primeiros citados nas listas anteriores. Outra observação válida é quanto a diminuição do crime de Parcelamento de solo no período analisado, visto que este saiu da estatística dos crimes mais recorrentes.

A seguir, os dados referentes ao ano de 2014.

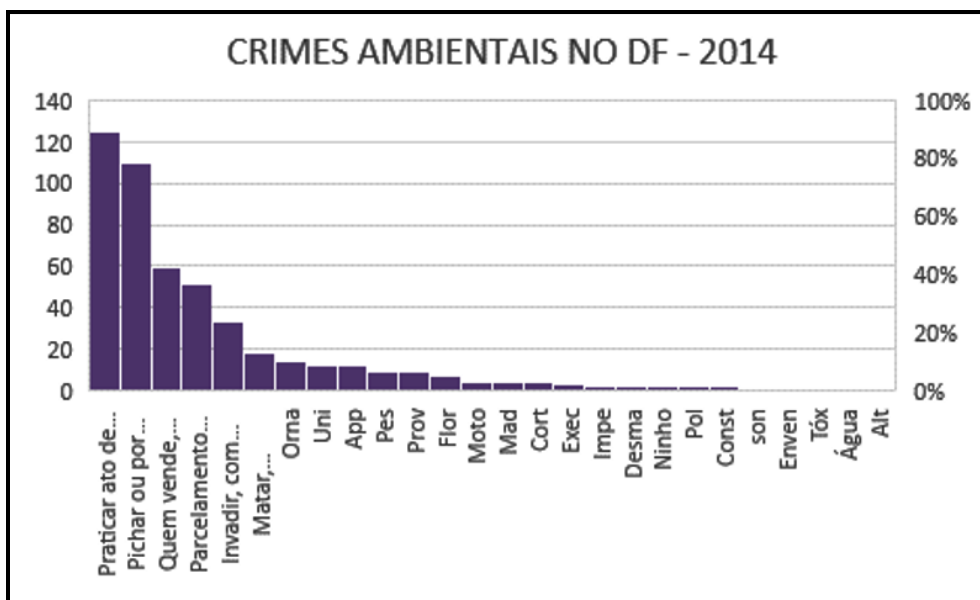


Gráfico 4

Analisando a Tabela 2, observa-se que no ano de 2014 foram registrados no Distrito Federal um total de 489 crimes ambientais; demonstrando um padrão de diminuição no período (2012-2014).

Desse total, observa-se por meio do gráfico acima, que os crimes ambientais mais cometidos no Distrito Federal no ano de 2014 foram:

1. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos (com 125 ocorrências).
2. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano (com 110 ocorrências).
3. Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre (...) (com 59 ocorrências).
4. Parcelar de forma irregular os solos (com 51 ocorrências).

Os números do ano de 2014 são visivelmente reduzidos em relação aos anos anteriores, mantendo um padrão de redução de crimes ambientais. Observa-se que houve uma inversão entre os dois crimes mais recorrentes, pois no ano de 2014, o crime mais cometido foi o abuso e maus-tratos de animais, crime este que estava sempre entre os mais cometidos, mas não tinha alcançado o topo da lista. Apesar dessa diferença quanto ao ano de 2014, ainda podemos falar em manutenção do padrão de crimes ambientais mais recorrentes, pois temos 5 tipos penais mais relevantes sendo apontados em todas as análises.

A seguir, os dados referentes ao ano de 2015.

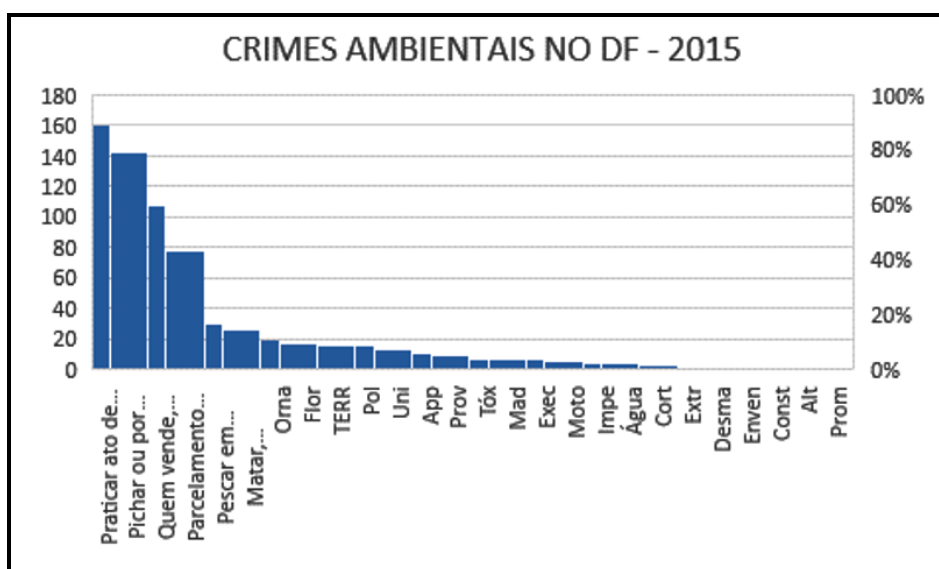


Gráfico 5

De acordo com os dados da Tabela2, no ano de 2015 foram registrados no Distrito Federal um total de 690 crimes ambientais. O que rompe o padrão de diminuição presente nos anos anteriores (2012-2014).

Do total de crimes registrados, o gráfico acima, referente a 2015, demonstra que os crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal foram:

1. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos (com 161 ocorrências).
2. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano (com 143 ocorrências).
3. Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre (...) (com 107 ocorrências).
4. Parcelar de forma irregular os solos (com 78 ocorrências).

Os números demonstrativos de 2015 são superiores a todos os anos anteriores. O número de crimes em geral cresceu, o número de ocorrências de cada crime em específico cresceu, rompendo os padrões anteriormente apresentados.

O único padrão mantido após a análise do ano de 2015 foi quanto aos crimes mais recorrentes, pois os tipos penais mais praticados no Distrito Federal ainda são os mesmos. O crime de abuso e maus-tratos de animais, assim como no ano de 2014, se manteve no topo da lista.

A seguir, os dados referentes ao ano de 2016, até o mês de Setembro.

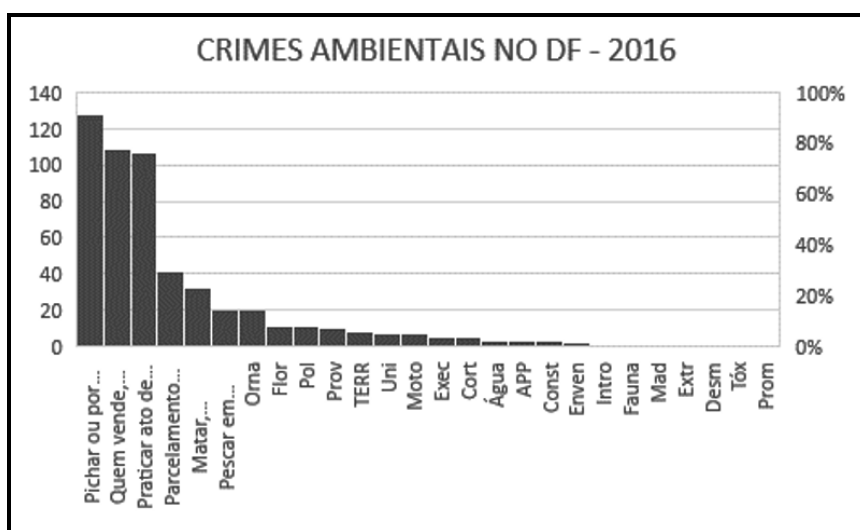


Gráfico 6

Aqui importa ressaltar, primeiramente, que os dados fornecidos para o ano de 2016 são parciais, pois contem os registros de crimes ambientais cometidos até o mês de Setembro. Com base nos dados já apresentados na Tabela 2, verifica-se que em 2016 foram registrados, no Distrito Federal, um total de 540 crimes ambientais. O registro total de crimes em 2016 retoma o padrão de diminuição presente nos anos anteriores (2012-2014); podendo este comportamento estar relacionado com a parcialidade dos dados disponibilizados para este ano (2016).

O ano de 2015 foi um ano atípico, com índices elevados; porém, em 2016, observa-se novamente uma redução significativa – ressaltando-se a possibilidade de influencia dos dados serem parciais para o ano considerado. Em números gerais pode-se observar que o ano de 2016 obteve índices menores que os anos de 2012 e 2013, se aproximando das estatísticas do ano mais positivo em termos de diminuição, 2014.

Dos crimes registrados, o gráfico referente a 2016 demonstra que os crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal foram:

1. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano (com 128 ocorrências).
2. Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre (...) (com 109 ocorrências).
3. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos (com 107 ocorrências).
4. Parcelar de forma irregular os solos (com 41 ocorrências).

Encerradas as análises individuais de cada ano, é possível retirar inúmeras informações dos gráficos gerados. Individualmente os dados de cada ano foram analisados acima. Ao analisar os gráficos apresentados, destacam-se alguns padrões, como, por exemplo, o padrão quase constante de redução de crimes ambientais, excluindo-se deste apenas o ano de 2015.

Observa-se também quais os crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal, já que os mesmos aparecem no topo da lista de todos os anos analisados. São eles:

1. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.
2. Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre (...)
3. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano; Parcelamento de solos.

4. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.

Em todos os anos analisados, os crimes ambientais citados acima se destacam como os crimes ambientais mais recorrentes na região. Como essa informação pode ser considerada um importante foco deste estudo, o que será apresentado e discutido a seguir é uma análise mais aprofundada desses crimes apontados como mais recorrentes.

6.3 - Crimes Ambientais mais recorrentes no Distrito Federal nos últimos cinco anos

Conforme já exposto nos dados acima, considerando os últimos cinco anos, foram cometidos no Distrito Federal 34 tipos de crimes ambientais, dos mais diversos segmentos. Como podemos verificar nas Tabelas 1 e 2, por meio do processamento dos dados, estes crimes em sua maioria são crimes contra a flora, seguido de crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultura.

Nesse contexto, devido à quantidade de crimes com poucos registros, ressalta-se a importância da análise que será realizada a seguir, que expõe quais os crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal, considerando os números dos últimos cinco anos.

Analisando os dados fornecidos e as tabelas já confeccionadas e expostas acima, observa-se que dos 34 tipos penais registrados no Distrito Federal, quatro se sobrepõem. Os quatro tipos penais que se destacam já foram analisados anteriormente neste estudo, nas análises individuais por ano.

Para englobar uma quantidade maior de tipos penais, foi realizada uma pesquisa de quais os tipos penais mais recorrentes no Distrito Federal. Durante a análise destacaram-se 12 tipos de crimes ambientais.

Segue abaixo a tabela elaborada destacando os 12 tipos penais mais recorrentes na região do DF.

Tabela 3- CRIMES AMBIENTAIS MAIS RECORRENTES NO DISTRITO FEDERAL						
TIPOS DE CRIME	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano. Artigo 65 da Lei 9.605/98 – Sessão IV- Crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural.	191	146	110	143	128	718
Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Artigo 32, caput, da Lei 9.605/98 – Sessão I- Crime contra a Fauna.	115	131	125	161	107	639
Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. Artigo 29, parágrafo 1º, inciso III da Lei 9.605/98 – Sessão I- Crime contra a Fauna.	111	129	59	107	109	515
TIPOS DE CRIME	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Parcelamento irregular de solo. Artigo 50 da Lei 6.766/79 – Capítulo IX- Disposições Penais.	72	38	51	78	41	280
Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida. Artigo 29, caput, da Lei 9.605/98 – Sessão I- Crime contra a Fauna.	28	44	18	26	32	148
Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia. Artigo 49 da Lei 9.605/98 – Sessão II- Crime contra a Flora.	22	20	14	20	20	96
Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios. Artigo 20 da Lei 4.947/66 – Capítulo V- Disposições Gerais da Lei Agrária.	8	25	33	16	8	90
Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente. Artigo 34 da Lei 9.605/98 – Sessão I- Crime contra a Fauna.	10	12	9	30	20	81
Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam	21	17	2	16	11	67

resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora. Artigo 54 da Lei 9.605/98 – Sessão III- Crime de Poluição e outros crimes ambientais.						
Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização. Artigo 40 da Lei 9.605/98 – Sessão II- Crime contra a Flora.	27	7	12	13	7	66
Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção. Artigo 38 da Lei 9.605/98 – Sessão II- Crime contra a Flora.	18	6	12	11	3	50
Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação. Artigo 50 da Lei 9.605/98 – Sessão II- Crime contra a Flora.	8	13	7	17	11	56
TOTAIS	631	588	452	638	497	2806

Ressalta-se que o objetivo é apenas destacar quais desses crimes ocorrem com mais frequência, para que, de posse desse conhecimento, se torne possível traçar estratégias de atuação em prol da defesa do meio ambiente.

A tabela acima segue a mesma tendência dos dados e tabelas anteriores. A Tabela 3 faz referência aos doze tipos penais mais recorrentes no Distrito Federal, entre os 34 enumerados no estudo. A primeira informação que se pode retirar da Tabela 3 diz respeito às Seções da Lei 9.605/98.

Observando as categorias expostas, dentre os doze crimes mais cometidos no Distrito Federal, a maior parte é de crimes contra a flora e contra a fauna, ambos apresentando quatro tipos penais entre os doze listados. Três dos crimes listados pertencem à categoria dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, e um engloba os crimes de poluição.

Analisando assim, por sessão da Lei 9.605/98, se pode concluir que as áreas mais afetadas pelos crimes ambientais no Distrito Federal são a fauna, o ordenamento

urbano e o patrimônio cultural, conforme resultados apresentados na Tabela 2. Assim, preocupação e as ações mitigadoras devem ser maiores nessas áreas, assim também relativamente às ações de prevenção e educação ambiental. A Flora é a terceira área mais afetada, e conforme os dados apresentados, é a área em que mais tipos de crimes são cometidos, pois dos 34 tipos de crimes ambientais, 14 são crimes contra a flora; ou seja, também pertence ao rol das Seções que merecem destaque em termos de medidas educacionais.

Os doze tipos penais mais recorrentes no Distrito Federal, ou seja, os crimes ambientais mais cometidos na região, no período estudado, somam 2.806 ocorrências, conforme os dados analisados. O total de crimes registrados em cinco anos foi de 3.034 ocorrências, o que significa que as 2.806 ocorrências pertencentes ao grupo de doze crimes em destaque, representando 92,49% do total. Nesse sentido se justifica a análise realizada deste grupo de doze crimes ambientais mais incidentes no Distrito Federal.

Adiante, apresenta-se um gráfico ilustrativo, com a finalidade tornar mais objetiva a informação quanto aos crimes ambientais de maior ocorrência no período.

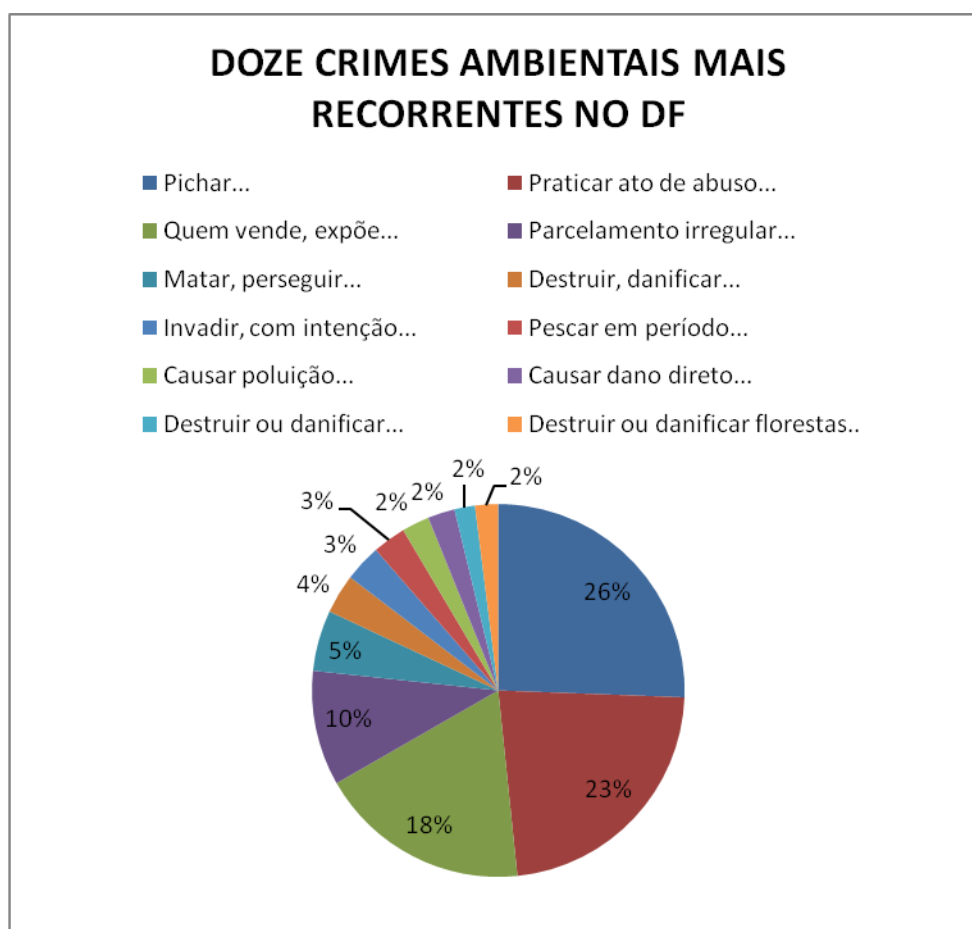


Gráfico 7

Do total de crimes ocorridos no Distrito Federal no período analisado, ou seja, 34 tipos de crimes ambientais diferentes, 12 tipos de crime ambiental destacaram-se como os que mais ocorreram no Distrito Federal. Dentre estes doze crimes estão, em ordem decrescente de incidência, os listados abaixo, com os respectivos artigos da Lei:

1. **Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano** - Artigo 65 da Lei 9.605/98 – Sessão IV- Crime contra o Ordenamento Urbano.
2. **Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos** - Artigo 32, caput, da Lei 9.605/98 – Sessão I- Crime contra a Fauna.
3. **Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente** -Artigo 29, parágrafo 1º, inciso III da Lei 9.605/98 – Sessão I- Crime contra a Fauna.
4. **Parcelamento irregular de solo** - Artigo 50 da Lei 6.766/79 – Capítulo IX
5. **Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida** - Artigo 29, caput, da Lei 9.605/98 – Sessão I- Crime contra a Fauna.
6. **Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia** - Artigo 49 da Lei 9.605/98 – Sessão II- Crime contra a Flora.
7. **Invasão, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios** – Artigo 20 da Lei 4.947/66 – Capítulo V- Disposições Gerais
8. **Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente**- Artigo 34 da Lei 9.605/98 – Sessão I- Crime contra a Fauna.
9. **Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora** - Artigo 54 da Lei 9.605/98 – Sessão III- Crime de Poluição e outros crimes ambientais.
10. **Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização** - Artigo 40 da Lei 9.605/98 – Sessão II
11. **Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção** - Artigo 38 da Lei 9.605/98 – Sessão II- Crime contra a Flora.
12. **Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação** - Artigo 50 da Lei 9.605/98 – Sessão II- Crime contra a Flora.

Os cinco primeiros tipos de crimes ambientais listados acima se destacaram no decorrer de todo o estudo. Foram observados durante a análise de crimes ambientais ocorridos a cada ano, se destacaram quanto aos índices gerais, e até mesmo entre os

doze crimes selecionados como mais recorrentes no Distrito Federal, estes ainda se destacam. Devido ao destaque obtido por estes, foi formulado outro gráfico referente aos crimes mais recorrentes no Distrito Federal, já que estes 5 tipos de crimes juntos, representam 2.300 ocorrências, do total de 2.806 antes apresentado (referente aos doze crimes inicialmente separados).

Dessa forma, apresentamos a seguir o gráfico referente aos cinco crimes ambientais mais incidentes no Distrito Federal no período de 2012 a setembro de 2016.

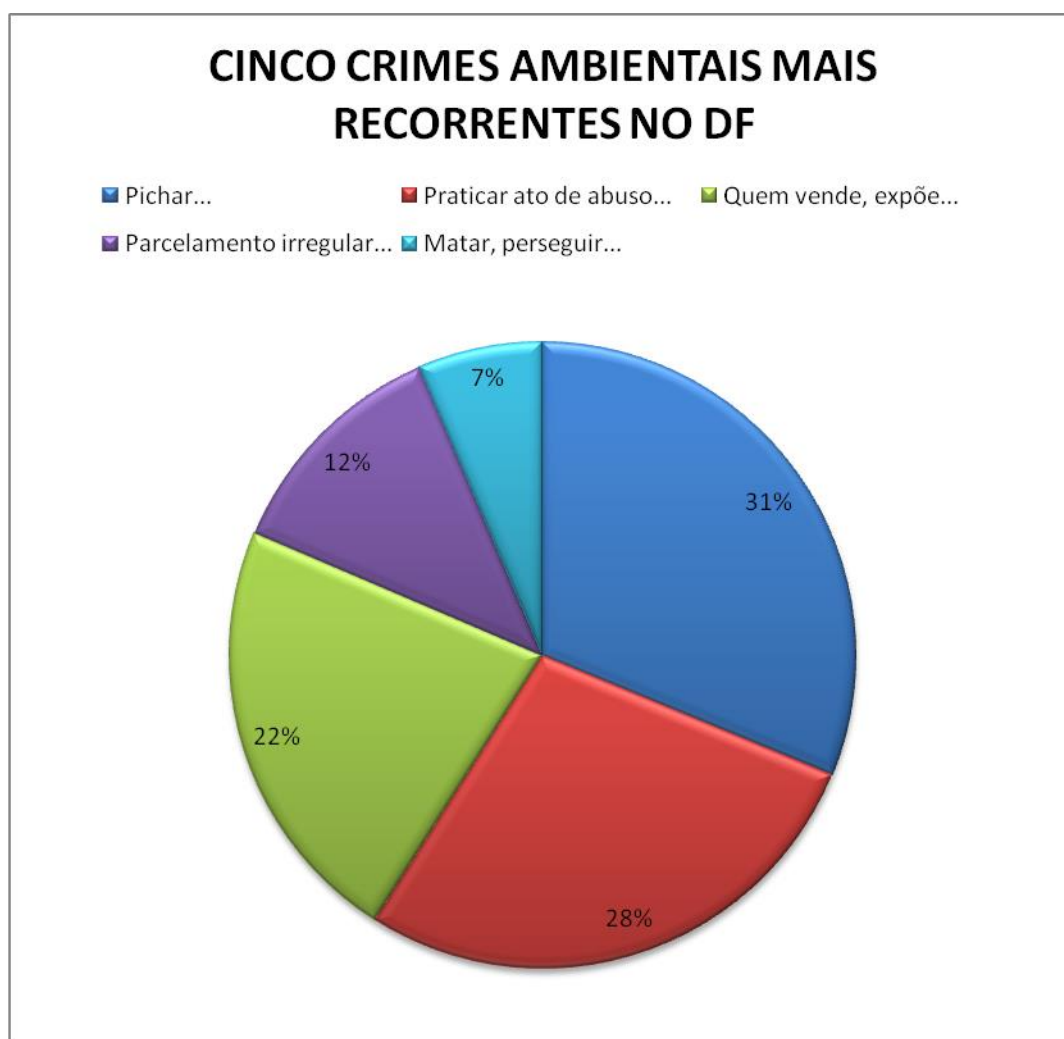


Gráfico 8

No gráfico acima foram apresentados os cinco crimes ambientais que ocorrem com maior frequência no Distrito Federal. Do total de ocorrências registradas

no período de estudo, ou seja, 3.034 ocorrências, 2.300 delas são representadas pelos cinco crimes citados no gráfico acima. Desse modo, os cinco crimes abaixo listados representam 70% do total de ocorrências. Esses crimes são eles:

1. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano. (Art. 65 da Lei 9.605/98 – Sessão IV) – com 718 ocorrências no período de estudo.
2. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. (Art. 32, caput, da Lei 9.605/98 – Sessão I) – com 639 ocorrências no período de estudo.
3. Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. (Art. 29, Parágrafo 1º, inciso III, da Lei 9.605/98 – Sessão I) – com 515 ocorrências no período de estudo.
4. Parcelamento irregular de solo. (Artigo 50 da Lei 6.766/79 – Capítulo IX) - com 280 ocorrências no período de estudo
5. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida. (Art. 29, caput, da Lei 9.605/98 – Sessão I) – com 148 ocorrências no período de estudo.

6.4 - Análise dos cinco crimes mais recorrentes

O objetivo principal desse estudo gira em torno da identificação de quais os crimes ambientais que são mais cometidos no Distrito Federal. Esse objetivo foi alcançado por meio das análises de dados expostas acima. Ao alcançar o objetivo do estudo, procurou-se demonstrá-lo da forma mais simples e didática possível, utilizando recursos visuais como gráficos e tabelas.

Neste momento, em posse da informação dos crimes mais recorrentes, cabe uma breve análise desses cinco crimes de forma individual, para que se torne possível entender as práticas criminosas que se destacam nos índices de crimes ambientais na região.

Os cinco crimes ambientais mais incidentes no Distrito Federal e seus respectivos índices de ocorrências foram expostos na Figura 1, a seguir, como meio de destacar o resultado obtido e torná-lo uma ferramenta didática.

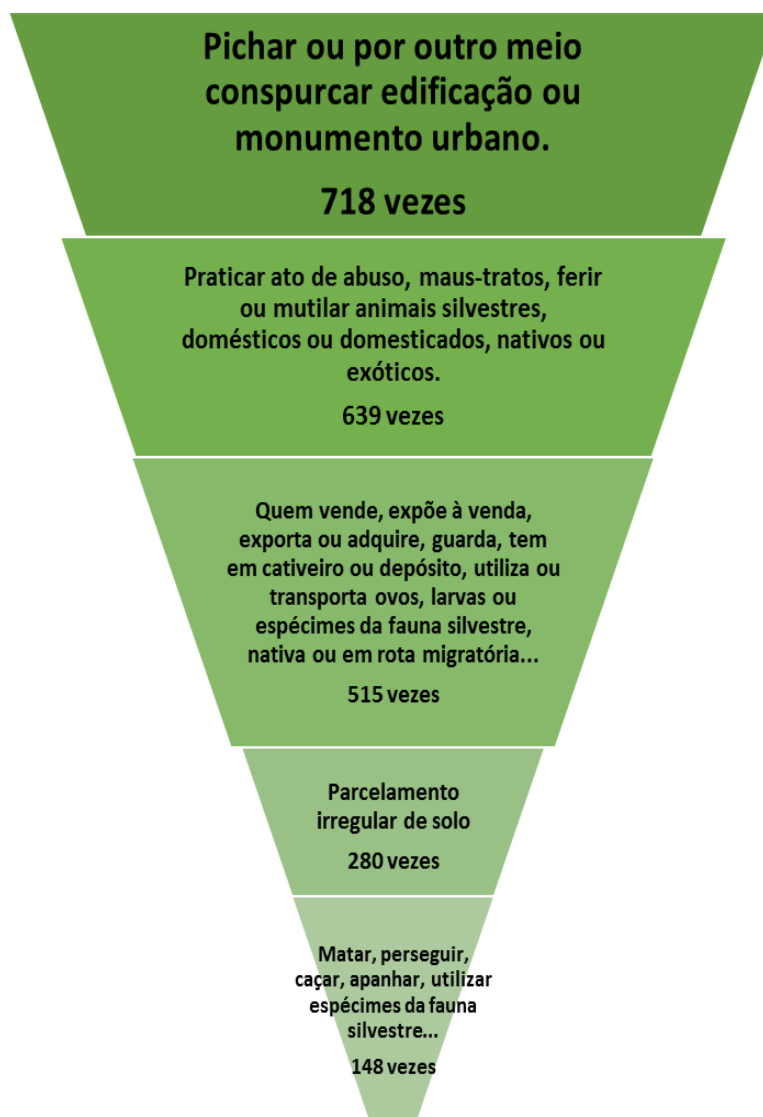


Figura 1 - Cinco crimes ambientais mais recorrentes no DF

O crime ambiental mais praticado no Distrito Federal é o crime de pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano. Tal prática está prevista na Seção IV, art. 65, da Lei 9.605/98. Trata-se de Crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural. O crime reside no fato de que o ato de pichar, grafitar ou por qualquer outro meio conspurcar, implica em deteriorar a edificação ou monumento, dessa forma, necessitando de punição (PRADO, 2006).

O patrimônio público é protegido por diversas legislações, o que faz com que poucos saibam que deteriorar esse patrimônio se enquadra como crime ambiental. O patrimônio cultural é um bem metaindividual, coletivo, de importância para toda a

sociedade, sendo que pela sua relevância, tem valor não apenas para a geração presente como alcança a terceira geração, justifica-se assim a tutela penal (PRADO, 2006).

Esse crime foi cometido 718 vezes nos últimos 5 anos no Distrito Federal. Quem o comete incorre em pena de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. Observa-se ainda que esta pena possa ser aumentada caso o patrimônio seja tombado.

O segundo crime mais recorrente no Distrito Federal trata-se do ato de praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Este crime está previsto no artigo 32 da Lei de crimes ambientais, e pertence à Seção que dispõe dos crimes contra a fauna. A pena para quem o pratica é de detenção, de três meses a um ano, e multa. Este crime foi cometido 639 vezes no período de estudo.

Nossa fauna é rica em biodiversidade, além disso, nossa sociedade tem um costume cultural de criar animais domésticos. É triste a realidade que vivenciamos nas mídias sociais todos os dias, onde encontramos diversos relatos de maus tratos aos animais; infelizmente, o presente estudo apenas comprova que a situação é delicada.

A Lei de Crimes Ambientais surgiu com o instituto de proteção, tendo a crueldade contra os animais se elevado à categoria de crime, quando até o advento de tal Lei, consistia o ato em mera contravenção penal (CALHAU, 2005). É importante entender a extensão do art. 32 da Lei. O artigo se utiliza de três verbos: praticar, ferir e mutilar. Praticar significa fazer, realizar, cometer ou executar. Ferir significa machucar, cortar, produzir ferimento. Mutilar implica em cortar ou destruir qualquer parte do corpo. Praticar ato de abuso é utilizar indevidamente o animal (CALHAU, 2005).

O terceiro crime que mais ocorre no Distrito Federal é o crime de quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. O crime está previsto no art. 29, Parágrafo 1º, inciso III da Lei de Crimes Ambientais. Integra o rol de crimes contra a fauna.

Esse crime tem vários núcleos, o que significa que abrange uma série de ações, vejamos: vender, expor à venda, exportar, adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar os ovos, larvas ou espécimes, dentre outros. Essa pluralidade se deve a necessidade de englobar todas as ações realizadas durante o tráfico de animais silvestres. O tráfico de animais é algo constante, antigo, que se moderniza e continua ultrapassando as barreiras legais; ele muda seu comportamento constantemente, com novas rotas, novas formas de transporte, por isso tantas ações em um tipo penal (COSTA, 2007).

Esse tipo de crime ocorreu 515 vezes no Distrito Federal durante o período de estudo. Porém, cabe ressaltar que este número se refere aos casos registrados, o tráfico de animais silvestres é algo muito maior. A pena para aqueles que praticam este crime é de detenção de seis meses a um ano, e multa.

O quarto crime presente na lista dos crimes mais cometidos no Distrito Federal se trata do parcelamento irregular de solo. Este crime não está previsto na Lei de Crimes Ambientais, porém, para dados estatísticos das polícias civil e federal, é considerado um crime ambiental, pois afeta diretamente o meio ambiente. Sua tipificação penal encontra previsão normativa na Lei nº 6.766, de 1979, art. 50, como crime contra a Administração Pública. Quem o comete incorre em pena de Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa de 10 (dez) a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País (PINTO, 2003).

A prática desse crime se deve ao crescimento populacional desenfreado e a falta de infraestrutura da região para receber as pessoas que buscam moradias na área. Segundos estudos o problema é grave, engloba uma enorme questão social e prejudica de forma real o meio ambiente, na medida em que as áreas ocupadas podem ser áreas protegidas.

“A ocupação ilegal do solo urbano é uma forma de obtenção de renda utilizada por pessoas de todas as classes sociais. Ao lado dos ocupantes que efetivamente “sem teto”, estão pessoas que pagavam aluguel, que moravam com parentes ou mesmo que já tinham uma moradia, mas querem simplesmente ampliar seu patrimônio. Muitos lotes são ocupados, desde a origem, apenas por prepostos de grileiros, que os pagam para exercer a posse em seu nome. Outros são ocupados originalmente por alguém que logo os aluga a terceiros (PINTO,2003).”

Desse modo, é necessário dispensar atenção a esse crime, que foi registrado 280 vezes durante os cinco últimos anos.

O quinto e último crime da lista de crimes mais ocorridos no Distrito Federal é o crime de matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida. O crime está previsto no art. 29 da Lei 9.605/98, e faz parte dos crimes contra a fauna. Aqueles que cometem este crime estão sujeitos a detenção de seis meses a um ano, e multa.

Assim como o terceiro crime, este possui diversos núcleos, como matar, perseguir, caçar, apanhar, isso se dá pela necessidade de proteger a fauna silvestre, nativa ou em rota migratória do máximo possível de ações lesivas. Foram cometidos 148 crimes dessa natureza do Distrito Federal no período de estudo.

6.5 - Órgãos ambientais responsáveis pela apuração dos crimes ambientais

As análises realizadas possibilitaram o alcance do objetivo central deste trabalho, que consistia em identificar quais os crimes ambientais mais recorrentes no Distrito Federal nos últimos cinco anos.

Esse tipo de informação se faz necessário para diversas áreas e diversos públicos. Em posse desse tipo de informação, é possível que a comunidade acadêmica proponha ações ambientais mais específicas e direcionadas para o que realmente está acontecendo em nossa região. Ao mesmo tempo, é possível a realização de ações de conscientização da população, para que esta, ciente de quais são os crimes ambientais que mais ocorrem, possa auxiliar na prevenção, no combate e na fiscalização dos mesmos.

Nesse sentido, não basta processar os dados e obter os resultados, é de suma importância que este estudo atinja todo o público alvo e se transforme em ferramenta de planejamento ambiental em prol do meio ambiente.

No Distrito Federal possui diversos órgãos que se responsabilizam pela proteção do meio ambiente. Temos, como já apontado, dentro do complexo da Polícia

Civil do Distrito Federal uma delegacia especializada, a DEMA, Delegacia Especial de Proteção ao Meio Ambiente e à Ordem Urbanística. A DEMA é responsável pela apuração de crimes ambientais, e também desenvolve ações de educação ambiental. Ao chegar à sede da delegacia especializada, é fácil conseguir as cartilhas informativas que o órgão possui. A *Cartilha de Estímulo à Proteção ao Meio Ambiente* utilizada pelo órgão tem uma boa apresentação, relata o papel da Delegacia, o que é o meio ambiente, o que é dano ambiental, e traz a Lei de Crimes Ambientais na íntegra.

A *Cartilha* mencionada é um bom recurso, porém em momento algum relata a situação atual do Distrito Federal em relação aos crimes ambientais, não apontando, portanto, quais os crimes de maior ocorrência. A informação obtida inicialmente por meio de entrevista com o Delegado responsável pela DEMA esclareceu que os dados fornecidos pela delegacia especializada poderiam estar em desacordo com a realidade, já que os crimes ambientais podem ser informados em qualquer delegacia de polícia civil. Assim, uma cartilha informativa realizada com os dados da DEMA não abrangeria a situação do Distrito Federal como um todo.

Nesse sentido, optamos por ofertar uma *Cartilha*, como produto deste trabalho, a título de sugestão, com a finalidade de apresentar ao público essa informação que consideramos relevante.

Outro órgão que desenvolve um papel ambiental perante o Distrito Federal é o MPDFT, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; o qual, por sua vez, também elaborou uma cartilha do meio ambiente, que facilmente pode ser obtida no site do órgão. A cartilha do MPDFT aborda temas tais como: a) Como encaminhar denúncia/representação às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente; b) modelo de denúncia/representação; c) Características e problemas ambientais do DF; d) Unidades de Conservação Ambiental do DF; e) Instrumentos legais para a proteção do meio ambiente; dentre outros itens. Toda a informação prestada é de extrema importância para que a população entenda o Direito Ambiental e tudo que o cerca. Porém, novamente, encontramos uma lacuna quanto aos crimes ambientais cometidos no Distrito Federal.

Mais um órgão de extrema importância para apuração de crimes ambientais é o Batalhão da Polícia Militar Ambiental. O Batalhão é amplamente citado nas mídias

sociais pelas operações bem-sucedidas e facilmente se encontram referências do órgão em sites de busca na rede mundial de computadores (internet).

O Batalhão elaborou um *Almanaque de Educação Ambiental*, destinado ao público infanto-juvenil, que pode ser encontrado no endereço eletrônico referenciado neste estudo.

O *Almanaque* se viabiliza por meio de um *blog* na internet, onde são inseridas diversas notícias, relatórios, pesquisas, dados, sempre de forma didática e simples. O *blog* do batalhão é uma ferramenta excelente, com conteúdo de extrema importância, que em sua maioria auxilia o público alvo a entender a importância da conservação ambiental.

O Batalhão tem inúmeras ações de educação ambiental, as quais podem ser encontradas no endereço eletrônico citado. Novamente, apesar das excelentes informações prestadas, não há relatos ou dados que demonstrem a situação do Distrito Federal perante os crimes ambientais e sua ocorrência qualitativa e quantitativa.

Com esse estudo, ante os resultados obtidos, entendeu-se por bem produzir uma cartilha informativa, destinada a veicular as informações obtidas e auxiliar no desenvolvimento de ações ambientais e de educação ambiental; contribuindo na proteção mais eficaz do meio ambiente no DF.

6.6 - Elaboração da cartilha informativa

De posse das informações fundamentais quanto à incidência dos crimes ambientais no DF, buscou-se modelos de cartilhas de educação ambiental. Como dito anteriormente, foram encontradas a Cartilha da DEMA, a Cartilha do MPDFT, as cartilhas do IBAMA e da Polícia Militar do DF. Outra fonte de extrema importância para chegar ao modelo final da cartilha informativa aqui ofertada, veio do *Guia orientador*, de SOARES (2016), que trata da gestão ambiental de cooperativas de agricultura familiar no DF e entorno. A forma abordada e a disposição de textos e figuras contidas neste *Guia* auxiliaram na decisão do formato da cartilha apresentada nos anexos deste trabalho.

Após a decisão do modelo a ser seguido, foi a vez de decidir o conteúdo a ser abordado, a partir, portanto, dos dados sobre a ocorrência dos crimes ambientais mais incidentes no Distrito Federal.

Foi levado em consideração que a veiculação de informações por meio da cartilha não poderia tratar somente dos dados levantados, sem antes explicar o assunto sob a ótica da gestão ambiental. Também se considerou a importância de justificar a informação prestada e as formas de ação da sociedade para auxiliar no processo de proteção ambiental. Assim, o conteúdo assumiu a seguinte estrutura:

1. Capa- Crimes Ambientais mais comuns no Distrito Federal.
2. Apresentação.
3. O que é meio ambiente?
4. O que são crimes ambientais?
5. Quais os crimes ambientais mais cometidos no Distrito Federal?
6. Os cinco crimes ambientais que mais ocorrem no Distrito Federal.
7. A Lei 9.605/1998- A Lei de Crimes Ambientais
8. O que acontece com quem comete crime ambiental?
9. Qual a importância de se informar sobre os crimes ambientais?
10. O que pode ser feito a respeito?
11. Onde denunciar crimes ambientais?

Foi observado, ainda, referências existentes em outras cartilhas acerca do tema; bem como se utilizou de recursos gráficos e lingüísticos capazes de fornecer uma informação clara e objetiva, buscando uma aproximação com o público alvo.

Deste modo, foi realizada uma seleção de imagens e ilustrações e utilizados programas de edição gráfica, como o PhotoScape, que permitiu inserir uma visão própria na capa, e em outras partes do projeto. Também foi realizada uma avaliação técnica de fonte, tamanho e cores a serem utilizadas, até se atingir uma forma de apresentação considerada adequada.

7 - CONCLUSÕES

O período de estudo englobou dados do mês de Janeiro de 2012 até Setembro de 2016. Nesse período foram cometidos no Distrito Federal trinta e quatro tipos diferentes de crimes ambientais, totalizando 3.034 ocorrências; sendo que apenas cinco tipos de crimes apresentaram uma elevada frequência em relação a todos os demais, sendo responsáveis por 2.300 ocorrências registradas. Em outras palavras, apenas cinco tipos penais foram responsáveis por 70% do total de ocorrências registradas.

O destaque quanto aos crimes de maior ocorrência é de extrema importância para que se direcionem as ações de combate e prevenção aos crimes ambientais; assim proporcionando maior eficácia em termos de controle e gestão ambiental.

Nesse sentido, concluímos que é bastante viável a elaboração de medidas de proteção contra apenas 5 tipos de penais, portanto. É um número pequeno de tipos, porém responsável por uma parcela muito significativa de ocorrências. Essa informação permite que haja um foco nas ações de combate, proporcionando aos órgãos responsáveis um direcionamento na fiscalização e na educação ambiental.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMANAQUE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal. Disponível em: <http://protegenatura.blogspot.com.br/>

BARBOSA, Dyogo Weber. *A aplicabilidade do princípio da insignificância nos delitos de natureza ambiental*. 2010. Dissertação (graduação). Universidade Católica de Brasília, Brasília.

BARBOSA, Heduardo Augusto Sousa. *A eficácia do sistema repressivo brasileiro nos crimes contra o meio ambiente (Lei 9.605/1998)*. 2012.

BRASIL. *Constituição de 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. 35 ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2012.

_____. *Lei 4.990, de 12 de dezembro de 2012*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011 - Edição extra.

_____. *Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de fevereiro. Seção 1, p. 1. 1998.

CALHAU, Lélío Braga. meioambiente e tutela penal nos maus-tratos contra animais. **Revista Jus Navigandi**, 2005.

COLOMBO, Silvana Brendler. *O princípio da precaução no Direito Ambiental*. Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 9, 2004.

COSTA, Carlos Eduardo T. Legislação e direito dos animais tráfico ilegal de fauna silvestre e maus tratos. **Ciência Veterinária nos Trópicos**, v. 13, n. 1, 2, 3, p. 43-48 2007.

FARIAS, Thaís Palmeira de Oliveira Teixeira de. *A aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais: a necessidade da revisão de critérios*. Monografia (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2015.

IRINEU, Mayara Barreto Machado. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais*. 2012.

LEITE, José Rubens Morato. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extra-patrimonial*. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.

LITTLE, Paul Elliott. *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. Editora Peirópolis, 2003.

MATOS, Natassya Nikita Westephalen. *A responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais*. 2001. Dissertação (graduação). Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Tuiuti do Paraná.

MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes ambientais*. São Paulo: CS, 2004, 2. ed.

MILARÉ, Édis. Princípios fundamentais do direito do ambiente. **Revista dos Tribunais**, v. 756, p. 53, 1998.

PINTO, Victor Carvalho. Ocupação irregular do solo urbano: o papel da legislação federal. 2003.

PRADO, Luiz Régis; CARVALHO, E. M. De; ARMELIN, Priscila Kutne. Crimes contra o patrimônio cultural. **Revista dos Tribunais Online**, v. 4, p. 1-17, 2006.

SATO, Michèle, e Isabel Carvalho. *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Artmed Editora, 2009.

SOARES, Marília Guimarães de Paiva. Discutindo a dimensão ambiental na gestão de cooperativas de agricultura familiar: elaboração de um guia orientador. 2016.

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. *Manual de Direito Ambiental*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Dados originais fornecidos pela Polícia Civil do Distrito Federal

Nº 283/2016
Protocolo Nº 1.227.701/2016-DATE



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA CRIMINAL

CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE (LEI 9.605/98) OCORRIDOS NO DISTRITO FEDERAL
PERÍODO DE 2012 A SETEMBRO DE 2016

	Ano de Registro					Total
	2012	2013	2014	2015	2016	
CRIMES AMBIENTAIS	191	146	110	143	128	718
PICHAR OU POR OUTRO MEIO CONSPURCAR EDIFICAÇÃO OU MONUMENTO URBANO	115	131	125	161	107	639
PRATICAR ATO DE ABUSO, MAUS-TRATOS, FERIR OU MUTILAR ANIMAIS SILVESTRES, DOMÉSTICOS OU DOMESTICADOS, NATIVOS OU EXÓTICOS	111	129	59	107	109	515
QUEM VENDE, EXPÕE À VENDA, EXPORTA OU ADQUIRE, GUARDA, TEM EM CATIVEIRO OU DEPÓSITO, UTILIZA OU TRANSPORTA OVOS, LARVAS OU ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE, NATIVA OU EM ROTA MIGRATÓRIA, BEM COMO PRODUTOS E OBJETOS DELA ORIUNDOS, PROVENIENTES DE CRIADOUROS NÃO AUTORIZADOS OU SEM A DEVIDA PERMISSÃO, LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE	72	38	51	78	41	280
PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO	28	44	18	26	32	148
MATAR, PERSEGUIR, CAÇAR, APANHAR, UTILIZAR ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE, NATIVOS OU EM ROTA MIGRATÓRIA, SEM A DEVIDA PERMISSÃO, LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE, OU EM DESACORDO COM A OBTIDA	22	20	14	20	20	96
DESTRUIR, DANIFICAR, LESAR OU MALTRATAR, POR QUALQUER MODO OU MEIO, PLANTAS DE ORNAMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS OU PRIVADOS, COM INTENÇÃO DE OCUPÁ-LAS, TERRAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS	8	25	33	16	8	90
CAUSAR POLUIÇÃO DE QUALQUER NATUREZA EM NÍVEIS TAIS QUE RESULTEM EM DANOS À SAÚDE HUMANA, OU QUE CAUSAR DANO DIRETO OU INDIRETO ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÀS ÁREAS CIRCUNDADES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, NUM RAIOS DE 500 (QUINHENTOS) METROS À REDOR DAS MESMAS	21	17	2	16	11	67
DESTRUIR OU DANIFICAR FLORESTAS NATIVAS OU PLANTADAS OU VEGETAÇÃO FIXADORA DE DUNAS; PROTETORA DE MANGUEIS; OBJETO DE ESPECIAL PRESERVAÇÃO	27	7	12	13	7	66
DESTRUIR OU DANIFICAR FLORESTA CONSIDERADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, MESMO QUE EM FORMAÇÃO, OU UTILIZÁ-LA COM INTENÇÃO DE DESTRUIR, DANIFICAR, LESAR OU MALTRATAR, POR QUALQUER MODO OU MEIO, PLANTAS DE ORNAMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS OU PRIVADOS, COM INTENÇÃO DE OCUPÁ-LAS, TERRAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS	8	13	7	17	11	56
INFRINGÊNCIA DAS NORMAS DE PROTEÇÃO	18	6	12	11	3	50
PESCAR EM PERÍODO NO QUAL A PESCA SEJA PROIBIDA OU EM LUGARES INTERDITOS POR ÓRGÃO COMPETENTE	5	3	3	21	10	42
PROVOCAR INCÊNDIO EM MATA OU FLORESTA	3	8	9	9	10	39
COMERCIALIZAR MOTOSSERRA, OU UTILIZÁ-LA EM FLORESTAS E NAS DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, SEM LICENÇA OU REGISTRO DA AUTORIDADE COMPETENTE	9	4	4	5	7	29
PESCAR EM PERÍODO NO QUAL A PESCA SEJA PROIBIDA OU EM LUGARES INTERDITOS POR ÓRGÃO COMPETENTE	2	6	3	8	8	27
RECEBER OU ADQUIRIR, PARA FINS COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS, MADEIRA, LENHA, CARVÃO E OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, SEM A EXIBIÇÃO DE LICENÇA DO VENDEDOR, OUTORGADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE, E SEM MUNIR-SE DA VIA QUE DEVERA ACOMPANHAR O PRODUTO ATÉ FINAL BENEFICÍPIO	8	6	4	6	1	25
CORTAR ÁRVORES EM FLORESTA CONSIDERADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEM PERMISSÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE	5	6	4	3	5	23
EXECUTAR PESQUISA, LAVRA OU EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS SEM A COMPETENTE AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO, CONCESSÃO OU OUTROS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE (Lei 9.605/1988)	3	5	3	6	5	22
PRODUIR, PROCESSAR, EMBALAR, IMPORTAR, EXPORTAR, COMERCIALIZAR, FORNECER, TRANSPORTAR, ARMAZENAR, GUARDAR, TER EM DEPÓSITO OU USAR PRODUTO OU SUBSTÂNCIA TÓXICA, PERIGOSA OU NOCIVA À SAÚDE HUMANA OU AO MEIO AMBIENTE, EM DESACORDO COM AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS EM LEIS OU NOS SEUS REGULAMENTOS	3	5	1	6	5	20
USURPAÇÃO DE ÁGUAS	8	2	1	7	1	19
EXTRAIR DE FLORESTAS DE DOMÍNIO PÚBLICO OU CONSIDERADAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO, PEDRA, AREIA, IMPEDIR OU DIFICULTAR A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DE MAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO	1	4	1	4	3	13
	3	3	2	2	1	9
	3	3	2	4	4	9



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA CRIMINAL

Nº 283/2016
Protocolo Nº 1.227.701/2016-DATE

CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE (LEI 9.605/98) OCORRIDOS NO DISTRITO FEDERAL
PERÍODO DE 2012 A SETEMBRO DE 2016

	Ano de Registro					Total
	2012	2013	2014	2015	2016	
CRIMES AMBIENTAIS						
PESCAR EM PERÍODO NO QUAL A PESCA SEJA PROIBIDA OU EM LUGARES INTERDITOS POR ÓRGÃO COMPETENTE	2	2	3	1	1	9
CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR, INSTALAR OU FAZER FUNCIONAR, EM QUALQUER PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL, ESTABELECIMENTOS, OBRAS OU SERVIÇOS POTENCIALMENTE POLUIDORES, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES, OU CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES PERTINENTES		3	2	1	2	8
DESMATAR, EXPLORAR ECONOMICAMENTE OU DEGRADAR FLORESTA, PLANTADA OU NATIVA, EM TERRAS DE DOMÍNIO PÚBLICO OU DEVOLUTAS, ALTERAR O ASPECTO OU ESTRUTURA DE EDIFICAÇÃO OU LOCAL ESPECIALMENTE PROTEGIDO POR LEI, ATO ADMINISTRATIVO OU DECISÃO JUDICIAL, EM RAZÃO DE SEU VALOR PAISAGÍSTICO, ECOLÓGICO, TURÍSTICO, ARTÍSTICO, HISTÓRICO, CULTURAL, RELIGIOSO, ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO OU MONUMENTAL, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE OU EM DESACORDO COM A CONCEDIDA	1	1	1	1		4
CORTAR OU TRANSFORMAR EM CARVÃO MADEIRA DE LEI, ASSIM CLASSIFICADA POR ATO DO PODER PÚBLICO, PARA FINS INDUSTRIAIS, ENERGÉTICOS OU PARA QUALQUER OUTRA EXPLORAÇÃO, ECONÔMICA OU NÃO, EM DESACORDO COM AS DETERMINAÇÕES LEGAIS	1	3				4
CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL	3		1			4
ENVENENAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL OU DE SUBSTÂNCIA ALIMENTÍCIA OU MEDICINAL			1	1	2	4
QUEM MODIFICA, DANIFICA OU DESTRÓI NINHO, ABRIGO OU CRIADOURO NATURAL	1	1	2			4
PESCAR EM PERÍODO NO QUAL A PESCA SEJA PROIBIDA OU EM LUGARES INTERDITOS POR ÓRGÃO COMPETENTE (PESCA ESPÉCIES QUE DEVAM SER PRESERVADAS OU ESPÉCIMES COM TAMANHOS INFERIORES AOS PERMITIDOS)	1	1			1	3
CRIME CONTRA A POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA OU SONORA	1		1			2
PENETRAR EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CONDUZINDO SUBSTÂNCIAS OU INSTRUMENTOS PRÓPRIOS PARA CAÇA OU PARA EXPLORAÇÃO DE PROMOVER CONSTRUÇÃO EM SOLO NÃO EDIFICÁVEL, OU NO SEU ENTORNO, ASSIM CONSIDERADO EM RAZÃO DE SEU VALOR PAISAGÍSTICO, ECOLÓGICO, ARTÍSTICO, TURÍSTICO, HISTÓRICO, CULTURAL, RELIGIOSO, ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO OU MONUMENTAL, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE OU EM DESACORDO COM A CONCEDIDA		1		1	1	2
QUEM IMPEDIR A PROCREAÇÃO DA FAUNA, SEM LICENÇA, AUTORIZAÇÃO OU EM DESACORDO COM A OBTIDA					1	2
QUEM VENDE, EXPÕE À VENDA, TEM EM DEPÓSITO, TRANSPORTA OU GUARDA MADEIRA, LENHA, CARVÃO E OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, SEM LICENÇA VÁLIDA PARA TODO O TEMPO DA VIAGEM OU DO ARMAZENAMENTO, OUTORGADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE	1				1	2
EMISSÃO DE FUMACA, VAPOR OU GÁS						1
INTRODUZIR ESPÉCIME ANIMAL NO PAÍS, SEM PARECER TÉCNICO OFICIAL FAVORÁVEL E LICENÇA EXPEDIDA POR AUTORIDADE COMPETENTE					1	1
OBSTACULAR OU DIFICULTAR A AÇÃO FISCALIZADORA DO PODER PÚBLICO NO TRATO DE QUESTÕES AMBIENTAIS					1	1
Total	683	644	491	696	546	3.060

FONTE: PCDF/DG/DATE/SEC/PCPOLARIS/78659-4 - Pesquisa pela data do registro, efetuada em 03/10/2016.

Tipos penais e suas legendas

TIPOS PENAI	LEGENDAS
Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano	PRATICAR
Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos	ABUSO
Quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente	VENDER
Parcelamento irregular de solo.	PARCELAR
Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.	MATAR
Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização.	UNI
Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia.	ORNA
Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.	POL
Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.	APP
Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente	PES
Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente.	MOTO
Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação.	FLOR
Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios.	TERR
Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos.	TÓX
Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento.	MAD
Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente.	CORT
Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.	EXEC
Provocar incêndio em mata ou floresta.	PROV

Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais.	EXTR
Cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada por ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais.	DE LEI
Quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.	CARV
Usurpação de águas.	ÁGUA
Crimes contra a poluição atmosférica ou sonora.	SON
Emissão de fumaça, vapor ou gás.	GÁS
Quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural.	NINHO
Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida	ALT
Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.	CONST
Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.	PROM
Quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida	FAUNA
Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente	INTRO
Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente.	DESMA
Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação.	IMPE
Envenenamento da água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	ENVEN
Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais.	OBST

Cartilha informativa de Educação Ambiental



CRIMES AMBIENTAIS MAIS COMUNS NO DISTRITO FEDERAL

Thaís Palmeira de Oliveira T. de Farias

Ficha Técnica

Este material foi elaborado como resultado de pesquisa na Universidade de Brasília, Faculdade UnB de Planaltina (FUP), como requisito para a obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Essa cartilha demonstrativa é destinada à comunidade acadêmica e a todos os cidadãos do Distrito Federal. Seu objetivo é tornar a informação sobre os crimes ambientais no DF acessível àqueles que tiverem interesse no tema.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da autora.

Elaboração e Autoria

Thaís Palmeira de Oliveira Teixeira de Farias, graduanda em Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília, Faculdade de Planaltina (FUP). Advogada.

Editorial e composição gráfica

Thaís Palmeira de Oliveira Teixeira de Farias.

FARIAS, Thaís Palmeira de Oliveira Teixeira de. Crimes ambientais mais comuns no Distrito Federal. Cartilha Informativa/ Thaís Palmeira de Oliveira Teixeira de Farias. Planaltina - DF, 2016. 59 f.

Monografia - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília. Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Tibério Leonardo Guitton

1. Crimes Ambientais 2. Índices no Distrito Federal 3. Cartilha Informativa.

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha informativa se propõe a informar a população do Distrito Federal quais são os CRIMES AMBIENTAIS que mais ocorrem dentro do território em que vivem.

O objetivo é gerar conhecimento, repassar informações importantes, criar uma ferramenta de educação ambiental, e conscientizar os cidadãos sobre a importância de denunciar os crimes ambientais.

Por meio dessas informações, esperamos que o cidadão conheça a situação atual e se sinta parte do processo de proteção ambiental, conhecendo as formas com que pode ajudar na proteção do meio ambiente.

Os crimes ambientais agredem o patrimônio de todos os cidadãos e o direito das gerações futuras ao meio ambiente equilibrado.

A grande vilã do meio ambiente é a busca desenfreada por recursos naturais como madeira, água, solos férteis para agricultura e minerais.

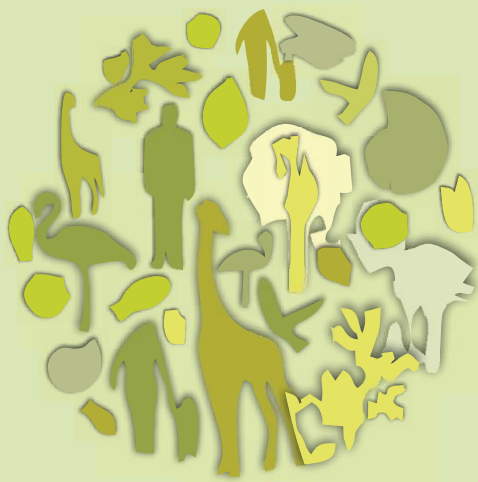
Para obter esses recursos, muitos crimes ambientais são cometidos. É fundamental que a população saiba quais são esses crimes, para que possam auxiliar no combate a estes.

O QUE É O MEIO AMBIENTE?

O meio ambiente é um conjunto de unidades ecológicas que funcionam como um sistema natural, e incluem toda a **vegetação, animais, microorganismos, solo, rochas, atmosfera e fenômenos naturais** que podem ocorrer em seus limites.

MEIO AMBIENTE também compreende recursos e fenômenos como **ar, solo, água, clima, energia, radiação, descarga elétrica, magnetismo e patrimônio cultural**.

Para a ONU, o meio ambiente é o conjunto de componentes **físicos, químicos, biológicos e sociais** capazes de causar efeito sobre os seres vivos.



O QUE SÃO CRIMES AMBIENTAIS?

Crime é uma violação ao direito. Assim, será um crime ambiental todo e qualquer dano ou prejuízo causado aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais e o patrimônio cultural.

O capítulo cinco da **Lei nº 9.605/98** é composto por cinco seções. São elas:

- 1. Crimes contra a fauna;**
- 2. Crimes contra a flora;**
- 3. Da poluição e outros crimes ambientais;**
- 4. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o Patrimônio cultural e**
- 5. Dos crimes contra a Administração ambiental.¹**

Essas sessões explicam quais ações são crimes. Ou seja, explicam o que não é permitido fazer com a meio ambiente, e por isso, estabelecem como o homem deve se comportar para proteger a fauna, a flora, o ar, o patrimônio cultural, dentre outros.

¹ BRASIL. *Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

QUAIS OS CRIMES AMBIENTAIS QUE MAIS OCORREM NO DISTRITO FEDERAL?

Foram analisados os crimes cometidos no Distrito Federal entre Janeiro de 2012 e Setembro de 2016.

Durante os últimos cinco anos foram cometidos no Distrito Federal **3.034** crimes ambientais.

Desses 3.034 casos, alguns tipos de crimes foram cometidos menos de 10 vezes, durante os cinco anos.

Enquanto outros foram cometidos mais de 100 vezes.

Por esse motivo, analisamos com cuidado e imparcialidade, e separamos os crimes ambientais que foram registrados mais vezes no Distrito Federal nos últimos 5 anos.

Vejam quais são esses crimes.

1. Picha
r ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano. (Art. 65) – com 718 ocorrências no período de estudo.

2. Prati
car ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. (Art. 32, caput) – com 639 ocorrências no período de estudo.

3. Que
m vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. (Art. 29, Parágrafo 1º, inciso III) – com 515 ocorrências no período de estudo.

4. Parc
elamento irregular de solo – com 280 ocorrências no
período de estudo

5. Mata
r, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna
silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida
permissão, licença ou autorização da autoridade
competente, ou em desacordo com a obtida. (Art. 29,
caput) – com 148 ocorrências no período de estudo.

**Se lembram do total de crimes cometidos no
Distrito Federal em cinco anos?**

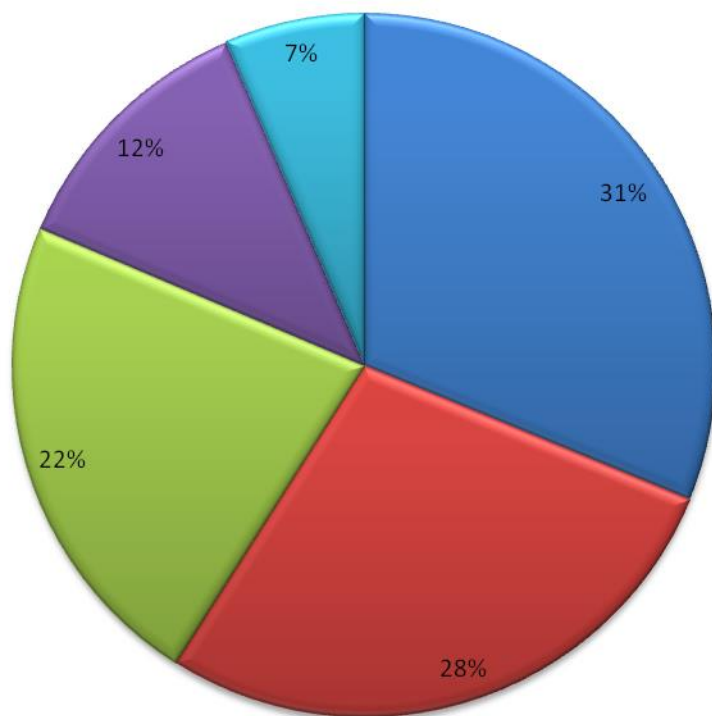
3.034

Desse total, os **CINCO CRIMES
AMBIENTAIS LISTADOS** foram responsáveis
por **2.300 ocorrências**, das 3.034 registradas.

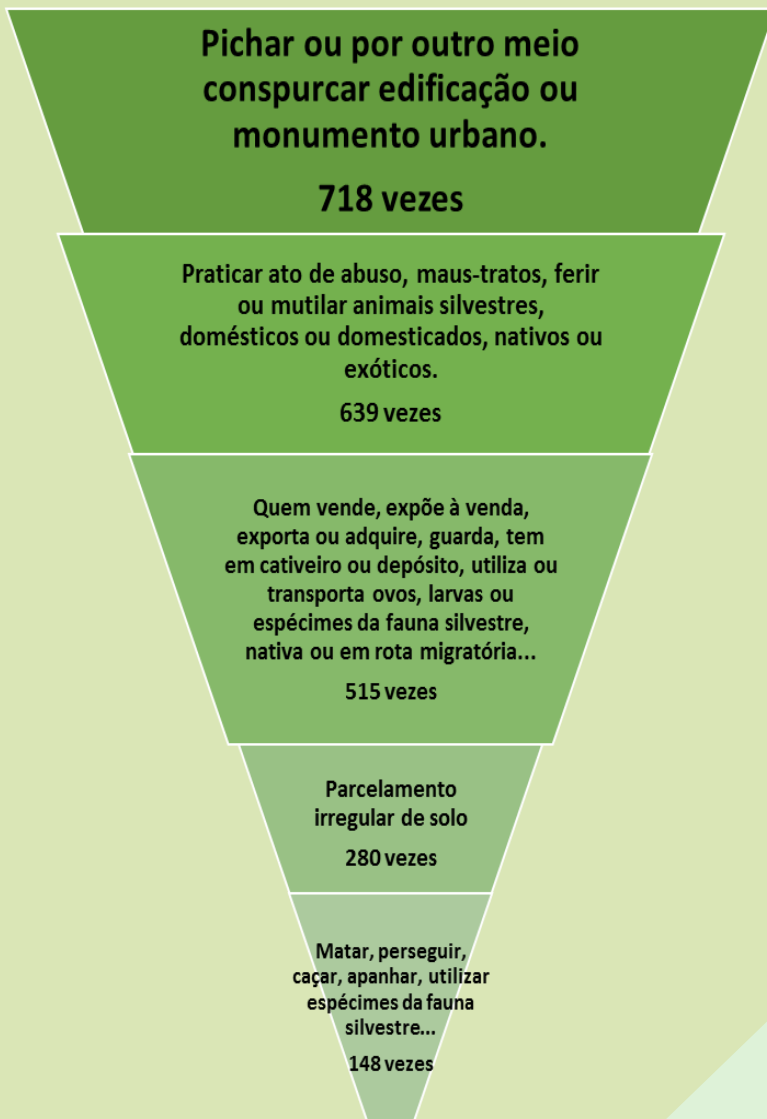
Os cinco tipos de crimes ambientais apresentados são responsáveis mais de **70%** dos crimes ambientais cometidos no Distrito Federal.

CINCO CRIMES AMBIENTAIS MAIS RECORRENTES NO DF

- Pichar...
- Praticar ato de abuso...
- Quem vende, expõe...
- Parcelamento irregular...
- Matar, perseguir...



OS CINCO CRIMES AMBIENTAIS QUE MAIS OCORREM NO DISTRITO FEDERAL?



OS CINCO CRIMES AMBIENTAIS QUE MAIS OCORREM NO DISTRITO FEDERAL?

Não basta saber quais são os crimes ambientais que mais ocorrem no Distrito Federal, precisamos entendê-los melhor.

O crime ambiental mais praticado no Distrito Federal é o crime de **pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano**. Ele está previsto no artigo 65 da Lei 9.605/98. Trata-se de Crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural. O crime consiste no fato que **o ato de pichar, grafitar ou qualquer outro meio de conspurcar, implica em deteriorar a edificação ou monumento**, dessa forma, necessita de punição.²



² PRADO, Luiz Régis; CARVALHO, E. M. De; ARMELIN, Priscila Kutne. Crimes contra o patrimônio cultural. Revista dos Tribunais Online, v. 4, 2006. P. 7

O segundo crime mais recorrente no Distrito Federal trata-se de **praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos**. Este crime está previsto no artigo 32 da Lei de crimes ambientais.

Nossa fauna é rica em biodiversidade, além disso, nossa sociedade tem um costume cultural de criar animais domésticos. É triste a realidade que vivenciamos nas mídias sociais todos os dias, onde encontramos diversos relatos de maus tratos aos animais, infelizmente, o estudo acima apenas comprova que a situação é delicada.



O terceiro crime que mais ocorre no Distrito Federal é o crime de **vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente**.

O crime está previsto pelo artigo 29, Parágrafo 1º, inciso III da Lei de crimes ambientais.

Esse crime tem vários núcleos como vender, expor à venda, exportar, adquirir, dentre outros. Isso porque foi necessário tornar crime todas as ações realizadas durante o **tráfico de animais silvestres**. O tráfico de animais se moderniza sempre e continua ultrapassando as barreiras legais com novas rotas, novas formas de transporte, por isso tantas ações se tornaram crimes.³



³ COSTA, Carlos Eduardo T. Legislação e direito dos animais tráfico ilegal de fauna silvestre e maus tratos. *Ciência Veterinária nos Trópicos*, v. 13, n. 1, 2, 3, p. 43-48. P.47

O quarto crime presente na lista dos crimes mais cometidos no Distrito Federal se trata do **Parcelamento irregular de solo**. O crime de parcelamento irregular do solo está previsto na Lei nº 6.766, de 1979, artigo 50, como crime contra a Administração Pública.

Esse crime se deve ao crescimento populacional desenfreado e a falta de infraestrutura da região para receber as pessoas que buscam moradias na área. Segundos estudos o problema é grave, engloba uma enorme questão social e prejudica de forma real o meio ambiente, na medida em que as áreas ocupadas podem ser áreas protegidas.



O quinto e último crime da lista de crimes mais ocorridos no Distrito Federal é o crime de **matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida**. O crime está previsto no artigo 29 da Lei 9.605/98.

Assim como o terceiro crime, este possui diversos núcleos, como matar, perseguir, caçar, apanhar, isso se dá pela necessidade de proteger a fauna silvestre, nativa ou em rota migratória do máximo possível de ações lesivas.



Com essa breve explicação sobre cada um dos crimes, é possível entender melhor a realidade do Distrito Federal.

O Distrito Federal é uma região rica em biodiversidade. Temos aqui um número grande de espécies animais e vegetais, que devem ser protegidas.

É importante saber que no Distrito Federal, a fauna e a flora correm perigo. É importante saber também, que o patrimônio público também sofre com as ações criminosas.

A LEI 9.605 DE 1998- LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

O meio ambiente é protegido pela Lei de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), que determina as sanções penais e administrativas que devem ser aplicadas aos crimes ambientais.

Isso significa que aqueles que prejudicam o meio ambiente, causando danos severos, **cometem crime**, e por isso devem cumprir pena, que podem chegar inclusive à prisão.



CRIME CONTRA A FLORA



CRIME CONTRA A FAUNA



CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO
CULTURAL



CRIME DE POLUIÇÃO CONTRA
O RECURSO NATURAL

O QUE ACONTECE COM QUEM COMETE CRIMES AMBIENTAIS?

A Lei 9.605, Lei de Crimes Ambientais estabelece as penas para quem comete crimes ambientais.

Cada crime tem sua própria pena.

Em geral, a lei possui penas de detenção e de reclusão. São exemplos:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 41. Provocar incêndio em mata ou floresta:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano.

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

QUAL A IMPORTÂNCIA DE SABER QUAIS CRIMES AMBIENTAIS QUE MAIS OCORREM NO DISTRITO FEDERAL?

A informação sobre o que ocorre em sua cidade é um direito de todos os cidadãos. Esse direito deve ser cumprido, pois é por meio da informação, por meio do conhecimento, que podemos tomar decisões corretas.

Esse tipo de informação é importante para os estudantes, para que proponham ações ambientais mais específicas e direcionadas para o que realmente está acontecendo em nossa região.

É importante para a sociedade, pois torna possível a realização de ações de conscientização da população, para que esta, ciente de quais são os crimes ambientais que mais ocorrem, possa **auxiliar na prevenção, no combate e na fiscalização dos mesmos.**

Por fim, as informações fornecidas são necessárias para que possamos cobrar as autoridades competentes que fiscalizem melhor as áreas mais afetadas.

Nesse sentido, essas autoridades também podem utilizar a informação desta cartilha para direcionar suas ações de preservação e precaução.

O QUE PODEMOS FAZER A RESPEITO DOS CRIMES AMBIENTAIS QUE MAIS OCORREM NO DISTRITO FEDERAL?

O papel da sociedade é de extrema importância para assegurar que o meio ambiente seja protegido. O meio **ambiente é um bem comum** de todos, e é obrigação de cada um zelar por ele.

Crimes como a pichação de patrimônio público e maus tratos aos animais, por exemplo, são crimes que podem ser evitados com facilidade, por meio da **educação ambiental**. É necessário que as crianças aprendam desde cedo que essas ações são criminosas, e que podem gerar consequências graves.

Ao conhecer a realidade dos crimes ambientais no Distrito Federal, o cidadão pode atuar como fiscal da Lei, e fazer valer o direito do meio ambiente de ser preservado, observando, e **denunciando os crimes ambientais, que podem ser informados em qualquer delegacia de polícia civil do Distrito Federal**.

Por fim, devemos começar de dentro, dentro de nossas casas, dentro de nossa comunidade, nossa escola, e criar uma cultura de proteção ao meio ambiente.

ONDE PODEMOS DENUNCIAR CRIMES AMBIENTAIS NO DISTRITO FEDERAL?

Aqui no Distrito Federal existe um órgão chamado IBRAM.

O Ibram é um órgão de fiscalização ambiental que atua nos limites geográficos do Distrito Federal e possui parceria com diversos outros órgãos.

O site do Ibram informa quais os órgãos auxiliares de proteção ambientais que podem ser procurados pelo cidadão.

Para maiores informações, segue o endereço eletrônico do Ibram.

<<http://www.ibram.df.gov.br/servicos/fiscalizacao-ambiental.html>>

Os crimes ambientais podem ser informados em qualquer delegacia de polícia do Distrito Federal, justamente para facilitar a atuação do cidadão.

Porém, existem delegacias e órgãos especializados, que além de receber as denúncias, prestam informações a população de como proceder, como proteger o meio ambiente, dentre outras.

ONDE PODEMOS DENUNCIAR CRIMES AMBIENTAIS NO DISTRITO FEDERAL?

Quando houver dúvidas sobre como denunciar, quais os tipos de denúncia, devemos sempre procurar um dos órgãos competentes. Dentre esses órgãos estão:

Polícia Militar Ambiental - BPMA:
corporação da polícia militar especializada em questões ambientais. **Telefone: 3910-1965.**

Delegacia Especial do meio ambiente - Dema:
instituição auxiliar do Poder Judiciário, a quem compete a abertura de inquérito, investigação e apuração de responsáveis por crime ou dano ambiental. Telefones de contato: (61) 3207-4856 e 3362-5895.

Ministério Público (por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do meio ambiente e Patrimônio Cultural (Prodema) e da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb). **Prodema - tel.: 3343-9568/9569. Prourb - 3343-9640/9989.**

Instituto Brasileiro do meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama: atua nas ações de fiscalização implementadas na Área de Proteção Ambiental do Descoberto e na Área de Proteção Ambiental do São Bartolomeu. **Tel.: 3316-1163/3316-1164/3225-3241/1150. Fax: 3225-7517.**

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

COSTA, Carlos Eduardo T. Legislação e direito dos animais tráfico ilegal de fauna silvestre e maus tratos. *Ciência Veterinária nos Trópicos*, v. 13, n. 1, 2, 3, p. 43-48.

MATOS, Natassya Nikita Westephalen. A responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais. 2001. Dissertação (graduação). Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Tuiuti do Paraná.

PRADO, Luiz Régis; CARVALHO, E. M. De; ARMELIN, Priscila Kutne. Crimes contra o patrimônio cultural. *Revista dos Tribunais Online*, v. 4, 2006.

FARIAS, Thaís Palmeira de Oliveira Teixeira de. Análise dos crimes ambientais mais incidentes no distrito federal e elaboração de uma cartilha demonstrativa. Monografia - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília. Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental. 2016.
